



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO
DIRECÇÃO NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

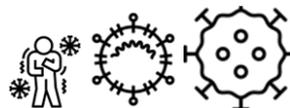
HISTÓRIA

11ª Classe

O meu caderno de actividades



STOP SIDA



STOP COVID -19

FICHA TÉCNICA

Título:	<i>O meu caderno de actividades de História - 11ª Classe</i>
Direcção:	Gina Guibunda & João Jeque
Coordenação	Manuel Biriarte
Elaboradores:	Salvador Sumbane, Nárcia Bonnett & Isac Malombe
Concepção gráfica e Layout:	Hélder Bayat & Bui Nguyet <i>Eduardo Mondlane, Kwame Nkrumah, Leopold Senghor e Patrice Lumumba.</i>
Impressão e acabamentos:	MINEDH
Revisão:	Rui Manjate
Tiragem:	xxx exemplares.

PREFÁCIO

No âmbito da prevenção e mitigação do impacto da COVID-19, particularmente no processo de ensino-aprendizagem, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano concebeu um conjunto de medidas que incluem o ajuste do plano de estudos, os programas de ensino, bem como a elaboração de orientações pedagógicas a serem seguidas para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem.

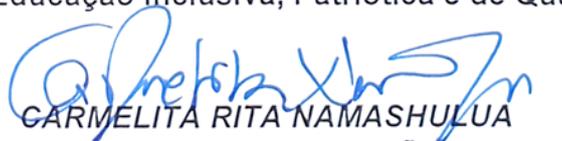
Neste contexto, foi elaborado o presente Caderno de Actividades, tendo em consideração os diferentes conteúdos programáticos nas diferentes disciplinas leccionadas no Ensino Secundário. Nele é proposto um conjunto alargado de actividades variadas, destinadas a complementar as acções desenvolvidas na aula e também disponibilizar materiais opcionais ao desenvolvimento de competências pré-definidas nos programas.

A concepção deste Caderno de Actividades obedeceu à sequência e objectivos dos programas de ensino que privilegiam o lado prático com vista à resolução dos problemas do dia-a-dia e está estruturado em três (3) partes, a saber: I. Síntese dos conteúdos temáticos de cada unidade didáctica; II. Exercícios; III. Tópicos de correcção/resolução dos exercícios propostos.

Acreditamos que o presente Caderno de Actividades constitui um instrumento útil para o auto-estudo e aprimoramento dos conteúdos da disciplina ao longo do ano lectivo. O mesmo irá permitir desenvolver a formação cultural, o espírito crítico, a criatividade, a análise e síntese e, sobretudo, o desenvolvimento de habilidades para a vida.

As actividades propostas no Caderno só serão significativas se o caro estudante resolvê-las adequadamente, com a mediação imprescindível do professor.

“Por uma Educação Inclusiva, Patriótica e de Qualidade!”


CARMELITA RITA NAMASHULUA
MINISTRA DA EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO HUMANO

ÍNDICE



UNIDADE DIDÁCTICA 1 - HISTORIOGRAFIA

SÍNTESE..... 6



EXERCÍCIOS..... 9

UNIDADE DIDÁCTICA 2 - A INVASÃO DO CONTINENTE AFRICANO



SÍNTESE.....15 12

2.1 África diante do desafio colonial.....	12
2.2 A corrida Imperialista e a partilha da África.....	13
2.2.1 A conferência de Berlim.....	15
2.2.2 A partilha de África.....	17
2.2.3 A conquista militar.....	19
2.2.4 A evolução do mapa político da África após a conquista e ocupação.....	19
2.3 A Resistência Africana.....	21
2.3.1 Generalização da resistência.....	21
2.3.2 A Ideologia da Resistência.....	22
2.3.3 Consequências e relevância da resistência africana.....	23



EXERCÍCIOS 23

UNIDADE DIDÁCTICA 3 - O PERÍODO COLONIAL



SÍNTESE

3.1 A Política

Indígena.....	27
3.2 As Formas de Dominação Colonial.....	27
3.3 As Estruturas Coloniais.....	28
3.3.1. O Aparelho Político-Administrativo das Colónias.....	28
3.3.2. Os Territórios Franceses.....	29
3.3.3. Os Territórios Britânicos.....	31
3.4. Economia Colonial-Characterísticas Gerais.....	32
3.4.1. Principais Actividades na Economia Colonial.....	33
<u>A Economia Nos Territórios Britânicos.....</u>	<u>34</u>
3.4. Impacto e Significado do Colonialismo em África a Nível Político.....	34



EXERCÍCIOS.....

UNIDADE DIDÁCTICA 4 - O NACIONALISMO AFRICANO



SÍNTESE.....38

4.1 O surgimento do nacionalismo em África..... 38

4.2. O Percurso Para Independência nas Colónias Inglesas na África Ocidental..... 42

4.2.1. O Gana (Costa do Ouro)..... 42

4.2.2 O O Gana

Independente.....43

4.2 O Caminho Para a Independência nos Territórios Franceses 44

4.3 Independência do Congo..... 47

4.4 A Independência na África Central Britânica 51

UNIDADE DIDÁCTICA 5 - ÁFRICA INDEPENDENTE



SÍNTESE..... 59

5.1. Problemas de África no pós-independência..... 59

5.2. A Organização da Unidade Africana..... 59

5.2. A Passagem da OUA Para União Africana.....61

5.3 Integração Económica na África Austral..... 62

5.3.1. A SADCC..... 62

5.4. Da SADCC para A SADC..... 64



EXERCÍCIOS..... 66

TÓPICOS DE CORRECÇÃO/RESOLUÇÃO.....

75



BIBLOGRAFIA

71



SÍNTESE

A História é a ciência que estuda o homem através do tempo, isto é, o conjunto dos acontecimentos que caracterizam uma determinada época e região, encadeados num processo histórico.

Para se chegar às actuais concepções, com um objecto e objectivos definidos e com uma metodologia própria, isto é, tornar-se uma ciência específica, a História conheceu vários passos. Assim, desde o aparecimento das primeiras civilizações, na antiguidade, até ao século XIX, altura em que se torna uma ciência de facto, a História conheceu várias interpretações.

A cientificação da História iniciou quando os testemunhos de que o historiador se serve para reconstituir o passado humano passaram a ser submetidos à prova, a uma análise crítica, minuciosa e objectiva. Por outro lado, o carácter científico enraizou-se quando foi abandonada, em definitivo, a ideia da intervenção do sobrenatural no processo histórico, bem como a prática da pré-selecção das fontes.

Uma vez que a cada etapa da evolução social correspondeu uma determinada forma de encarar e fazer a História, quanto às técnicas e meios de trabalho, ao objecto e objectivos, pode-se afirmar que a História teve uma história, isto é, evolução. Neste contexto, torna-se necessário estudar as diferentes concepções da história ao longo da evolução da humanidade - a Historiografia.

Historiografia é a reconstituição do processo de cientificação da história e a reconstituição do processo de elaboração da problemática histórica (a génese dos conceitos, o sujeito do processo histórico dum determinada época (reis, elites, massas, etc.), da amplitude temporal do processo histórico (história dum geração, dum povo ou da humanidade), da unicidade ou pluralidade do processo histórico, dos objectivos da história, etc.

Para uma ideia geral do que foi a evolução da história ao longo do tempo, desde a antiguidade até aos nossos dias, preste atenção ao quadro-síntese seguinte.

Quadro-Síntese sobre a evolução da Historiografia até ao século XX

Época	Características	Autores
Antiguidade Oriental	Estudam-se os factos político-militares dos grandes homens; os deuses e suas obras; Baseia-se na recolha e compilação da tradição oral sobre o passado; Apologética, memorialista e mítica.	Sacerdotes e escribas dos templos e dos palácios.
Antiguidade clássica	Estuda os factos mais relevantes da vida dos homens (principalmente os político-militares) – O Homem; Interpretação racional dos factos (Racionalismo); Utilização de fontes fidedignas (tradição oral, testemunhos oculares); Crítica às fontes; Tem função pragmática e educativa.	Heródoto Tucídides Políbio Tito Lívio Tácito etc.
Idade Média	Narração dos factos relevantes da vida dos homens para neles encontrar os desígnios de Deus; Recolha de textos antigos, sem grande critério de autenticidade e veracidade; Providencialista, Determinista, Universal, Apocalíptica.	S. Agostinho Paulo Orósio Cassiodoro Sozômeno
Século XIV	Predomínio da historiografia cristã; Surge uma historiografia palaciana; Principais géneros: anais e crónicas.	Fernão Lopes Lopez Ayala Giovanni Villani
XV e XVI	Humanismo: A história volta a colocar no centro da sua análise o Homem; Alargamento da temática histórica; Análise, comparação e explicação dos factos; Busca da verdade; Crítica Filológica das fontes. Defende-se o regresso à tradição crítica da época clássica.	Pico della Mirandela Maquiavel Jean Bodin Descartes Francis Bacon Lorenzo Valla Fernão Lopes

Época	Características	Autores
Século XVII	<ul style="list-style-type: none"> - Preocupação em recordar e registar o passado nos seus verdadeiros factos, tal como eles aconteceram realmente; - A história procura as fontes não na própria história, mas, sim, para explicar a Matemática e a Física; - Início da crítica histórica; - Surge a Diplomática e a Paleografia. - A história é encarada como forma de arte, uma ramo de literatura e não uma ciência autónoma - Concepção Barroca da história; - A história volta a uma concepção providencialista, pragmática e apologética. 	- Bossuet
Século XVIII	<ul style="list-style-type: none"> - O objecto da história alarga-se, estuda-se as sociedades humanas na sua globalidade (embora predominem os factos político-militares); - Aplicação do método científico à história; - A história torna-se uma forma de pensamento - o testemunho das fontes escritas só é aceite após ter sido submetido à análise crítica; - Pragmática e educativa. 	Condorcet Voltaire Descartes Bacon Montesquieu Herder
Romantismo Conservador Liberal Socialista	<ul style="list-style-type: none"> - São idealistas; - No lugar dos reis e homens importantes a história estuda o povo; - Alargamento da investigação histórica - além dos factos político-militares a história estuda factos ideológicos e mentais, as sociedades e instituições; - A nível metodológico adoptam o método científico; - Preferência pela época medieval que lhes leva a redescobrir a ideia de mudança e progresso histórico. 	François Guizot A.Thierry Jules Michelet
Positivismo	<ul style="list-style-type: none"> - Defende uma crítica rigorosa a todos os documentos escritos semelhante à utilizada pelas ciências naturais; - Tenta aplicar à história os métodos das ciências naturais; - A história é política, factual, determinista; - Trabalha ao nível da curta duração em detrimento da média e longa duração; - Defende a relatividade do conhecimento histórico. 	Auguste Comte Ernest Renan Hipolite Taine

Época	Características	Autores
Historicismo	<ul style="list-style-type: none"> - Opõe-se ao determinismo científico dos positivistas; - Defende que a história é uma ciência do espírito; - São pela crítica histórica total, com recurso à hermenêutica. 	Benedetto Croce Dilthey Collingwood
Socialismo Científico	<ul style="list-style-type: none"> - Predominância dos factores técnicos e económicos na explicação histórica. Toda a evolução tem um suporte, ou seja, infraestrutura económica sobre a qual se ergue toda a superestrutura política, jurídica e ideológica; - A História é total, problemática, interdisciplinar e de longa duração. 	Karl Marx F. Engels
Século XX História Nova	<ul style="list-style-type: none"> - Objecto(s): Os Homens (todos os homens, de todos os tempos, em todos os lugares) - Tudo o que diz respeito ao homem é hoje matéria de estudo em história (a economia, a morte, a sexualidade, a delinquência, etc.); - A metodologia também se alarga socorrendo-se de novos meios e métodos que permitem abarcar períodos de tempo muito mais remotos; - A análise histórica assenta em 3 operações (Heurística, crítica e síntese); - O conceito de fonte histórica alarga-se: passa a ser tudo o que nos pode revelar sobre o passado dos homens e não apenas o documento escrito; - Com Braudel inicia a História Estrutural. 	Marc Bloch Lucien Febvre F. Braudel Marc Ferro Le Roy Ladurie Georges Duby



EXERCÍCIOS

I. Assinale a resposta correcta

1. O objecto do conhecimento pode ser definido como ...

- A. obras concernentes a um assunto histórico, produzidas numa certa época ou local.
- B. registos das explicações do universo, incluindo elementos naturais e/ou sobrenaturais.
- C. aquilo com que se ocupa a ciência.
- D. a pessoa que faz o estudo, que produz o conhecimento.

2. Todas são características da historiografia greco-romana EXCEPTO...

- A. Providencialista B. Humanista C. Científica D. Pragmática

3. Qual das seguintes opções corresponde às características da historiografia romana?

- A. História humanista e pragmática
- B. História política e virada para o passado
- C. História memorialista e apologética
- D. Baseada na bíblia e que valoriza a crítica

4. Que corrente da Historiografia Africana sustenta o tráfico de escravos em África?

- A. Afrocentrismo C. Corrente Africanista
- B. Eurocentrismo D. Corrente progressista

5. A filologia humanística consistia...

- A. numa nova concepção de Estado: temporal, soberano, laico.
- B. comparação de estilos documentais, erros de tradução, etc.
- C. surgimento de um dos maiores instrumentos de crítica histórica.
- D. no método crítico de investigação.

6. A História oriental antiga não é científica mas tem algum valor, pois...

- A. tem um objecto de estudo e um método próprio.
- B. faz uma abordagem sobre o oriente antigo.
- C. é uma fonte de informação sobre o oriente antigo.
- D. fala dos deuses e homens importantes.

7. Tempo e espaço são as dimensões essenciais da História porque ...

- A. tempo e espaço são duas dimensões inseparáveis.
- B. a História tem sempre dimensão temporal.
- C. a História é a ciência dos homens no tempo.
- D. a história é feita pelos homens de um tempo e espaço.

II 8. Escreva a corrente Historiográfica a que corresponde cada uma das frases:

CARACTERÍSTICAS	CORRENTE HISTORIOGRÁFICA
A Reconheceu, pela primeira vez, o parentesco Universal do Homem.	
B Abriu-se com ela o caminho ao Subjectivismo e ao Relativismo, dado que conferia primazia à intuição e à personalidade do historiador	
C Alargou o conceito de "Fonte Histórica" ao definir "Documento" como tudo o que exprime o Homem.	
D Abriu o caminho para a colaboração da História com outras ciências Humanas.	

E Criticada por defender a evolução linear das sociedades e a construção do processo histórico num só modelo de evolução.	
---	--

III Marque com V ou F as seguintes afirmações, conforme sejam verdadeiras ou falsas.

Afirmações	V/F
9. Foi no Oriente Antigo que surgiram as primeiras formas de literatura histórica, mas é correcto afirmar que a história surgiu na Grécia clássica.	
10. A literatura histórica do Oriente Antigo iniciou a abordagem científica da História.	
11. Os factores que contribuíram para a cientificação da História, entre os séculos XVII e XIX, estão ligados à filosofia de Bacon e Descartes.	
12. Na época clássica foram dados os primeiros passos para a cientificação da História.	
13. A historiografia oriental não tem valor histórico porque os seus autores não conseguiram difundir o seu trabalho.	
14. Tucídides foi, a par de Heródoto, quem iniciou a cientificação da História.	
15. Foi Tucídides quem iniciou o questionamento das fontes, visando apurar a sua veracidade e credibilidade.	
16. Políbio iniciou a passagem da História Narrativa à História Explicativa, usando a Verdade Histórica. Por isso, é considerado o "Pai da História Explicativa".	
17. Políbio foi o primeiro a utilizar, como fontes históricas, a tradição oral e o seu testemunho ocular.	
18. Nas primeiras décadas do século XIX, testemunhou-se a ameaça do estatuto "privilegiado da História, por causa das Ciências Sociais.	



SÍNTESE

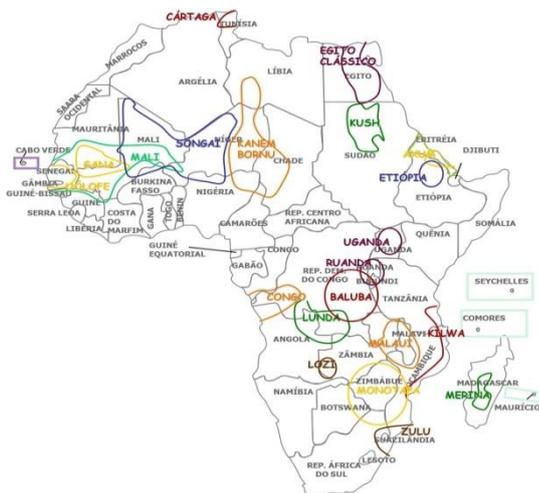
Desde o século XV os europeus tinham relações com a África, mas até ao início do século XIX este continente era apenas visto como uma região onde, através do comércio, podia-se adquirir ouro, marfim, pimenta, escravos, etc. Durante este período de cerca de três séculos os europeus instalaram feitorias ao longo do litoral a partir das quais faziam comércio com os africanos ou davam assistência às embarcações que se dirigiam ao Oriente.

2.1 África diante do desafio colonial

Até séc. VI – África organizada em chefaturas, reinos, estados e impérios de dimensões variadas. Existiam ainda comunidades nómadas.

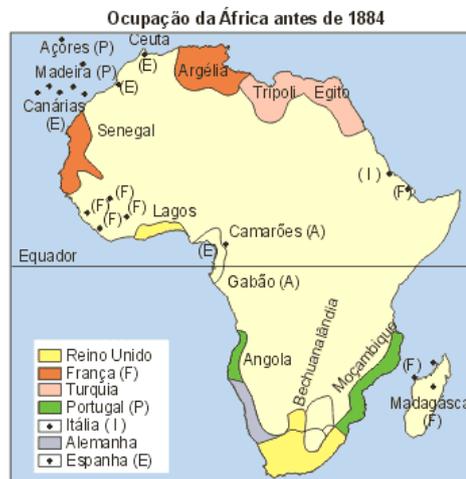
Séc. VI - chegada dos 1^{os} mercadores árabes à faixa oriental do continente, onde fundavam feitorias e entrepostos comerciais, trocando tecidos, missangas, artigos de loiça, etc., por ouro, marfim, peles, penas e outros.

No séc. XV – fixação dos europeus na costa, para o comércio com as comunidades africanas. A pilhagem do continente antes da ocupação imperialista foi através do comércio desigual e do tráfico de escravos.

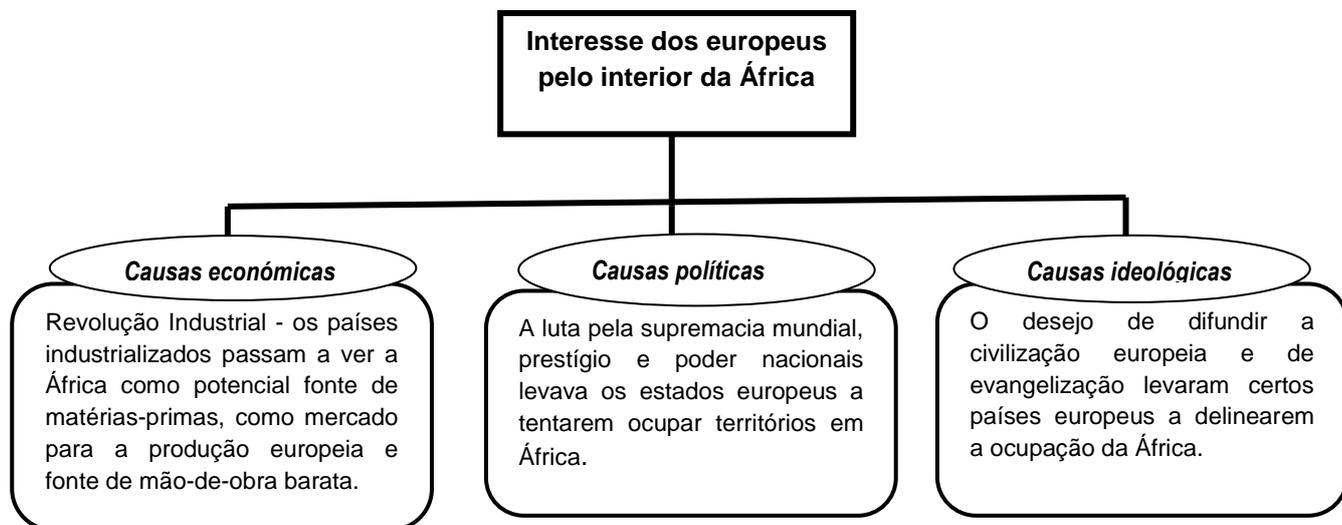


Finais do séc. XVIII e início do séc. XIX - interesse pelo interior do continente africano. Porquê?

- ✓ O movimento contra a escravatura;
- ✓ O movimento missionário;
- ✓ A curiosidade científica e o espírito de aventura;
- ✓ O impacto da Revolução Industrial.



A partir do início do séc. XIX a atitude dos europeus em relação à África modificou-se. O interesse dos europeus passava agora a ser o de tomar o controlo das terras africanas.



O interesse dos europeus pela África levou a que nos primeiros três quartos do século fossem lançadas expedições para o estudo do continente, a coberto tanto de governos como de associações especialmente criadas para o efeito.

O avanço para o interior foi possível graças à acção dos exploradores europeus.		
Principais exploradores europeus:		
Na África Ocidental	África Oriental e Central	África Central e Austral
Houghton	Rebmann	David Livingstone
Hornemann	Krapf	Descobertas: lago Ngami,
Mungo Park	Burton	cataratas do Zambeze
Denhan	Speke	(quedas Vitória), lago Niassa
Clapperton	Samuel Baker	
Richard Lander		Henri Morton Stanley
Gordon Laing		
René Cailé		
Henri Barth		

Mapa - As viagens exploratórias

2.2 A corrida Imperialista e a partilha da África

Na década de 1870, Bélgica, França e Portugal lançam as primeiras tentativas de afirmação da sua autoridade em vários pontos de África. Leopoldo II da Bélgica cria a Associação Internacional Africana em 1876 e contrata Stanley (1879) com o objectivo de criar o Estado Livre do Congo; enquanto isso os franceses enviaram Brazza para a mesma região. Paralelamente, os

portugueses iniciam tentativas para ocupar o interior de Moçambique, atacando os Estados Militares do Vale do Zambeze.

As movimentações da Bélgica, França e Portugal levaram a Inglaterra e Alemanha a iniciarem acções de conquista ou a reforçarem as suas posições nos territórios sob sua influência. Alemanha lançou-se na ocupação do Sudoeste africano e da África Oriental nos anos 1883/4, enquanto a Inglaterra reforçava a sua influência nas áreas em que tinha alguma implantação – *era a corrida imperialista, um processo acompanhado de disputas que ameaçavam culminar em conflitos militares.*

O ambiente de disputas e o perigo de confrontação entre as potências punha em perigo a concretização dos objectivos que cada potência se colocava, pelo que os países envolvidos começaram no início da década de 1880 a procurar soluções para a crise. Foi neste contexto que teve lugar de 15 de Novembro de 1884 a 26 de Fevereiro de 1885 a Conferência de Berlim...

PAÍS	REPRESENTANTE	FUNÇÃO
Alemanha	<i>Bismarck</i>	<i>Presidente</i>
	<i>Conde de Hartfeald</i>	<i>Ministro dos negócios estrangeiros</i>
	<i>M Busch</i>	<i>Subsecretário</i>
	<i>M. Kuserow</i>	<i>Conselheiro da embaixada</i>
Áustria-Hungria	<i>Conde Szechenyi</i>	<i>Embaixador de corte de Berlim</i>
Bélgica	<i>Conde Van der Straten-Ponthoz</i>	<i>Ministro plenipotenciário</i>
	<i>M. Sanford, Barão Lambermont</i>	<i>Enviado extraordinário</i>
	<i>M. Barning</i>	<i>Director Geral dos negócios estrangeiros, delegado</i>
Dinamarca	<i>M. de Vind</i>	<i>Ministro plenipotenciário</i>
Estados Unidos	<i>M. John A. Kassaon</i>	<i>Ministro plenipotenciário</i>
França	<i>M. Sanford</i>	<i>Delegado</i>
	<i>M. de Courcel</i>	<i>Embaixador</i>
	<i>Dr. Ballay</i>	<i>Delegado</i>
	<i>M. Desbuissors</i>	<i>Delegado</i>
Espanha	<i>M. Englhandt</i>	<i>Delegado</i>
	<i>Conde de Benomar</i>	<i>Ministro, delegado</i>
	<i>Coelho</i>	<i>Coronel de Engenheiros, delegado</i>
Inglaterra	<i>Sir Edward Malet</i>	<i>Embaixador</i>
	<i>Robert bH. Meade</i>	<i>Delegado</i>
	<i>Percy Anderson</i>	<i>Delegado</i>

	<i>Archer-Crowe</i>	<i>Delegado</i>
	<i>A. W. Hemmings</i>	<i>Delegado</i>
Itália	<i>Conde de Launay</i>	<i>Embaixador</i>
	<i>Barão Negri</i>	<i>Enviado extraordinário</i>
	<i>M. Montegazza</i>	<i>Senador delegado</i>
Países Baixos	<i>M. Van der Hoeven</i>	<i>Ministro plenipotenciário</i>
	<i>M. de Bloeme</i>	<i>Delegado</i>
Portugal	<i>Marquez de Penafiel</i>	<i>Embaixador</i>
	<i>António de Serpa</i>	<i>Enviado extraordinário</i>
	<i>Luciano Cordeiro</i>	<i>Secretário da Sociedade Geral de Geografia de Lisboa, delegado</i>
Rússia	<i>Conde Kapnist</i>	<i>Enviado extraordinário</i>
	<i>M. Dowrojirow</i>	<i>Agregado militar à embaixada da Rússia em Berlim, delegado</i>
Suécia e Noruega	<i>General barão de Bildt</i>	
Turquia	<i>Said-pachá</i>	

Os principais objectivos da Conferência de Berlim eram os seguintes:

1. Evitar ou Eliminar os conflitos inter-imperialistas.
2. Definir os mecanismos da partilha de África.

2.2.1 A conferência de Berlim

Doc. 1

- I. *Leopoldo II da Bélgica convocou a Conferência de Bruxelas, em 1876, e funda a Associação Internacional Africana.*
- II. *Os Franceses, por Brazza, também disputavam a exploração do Congo.*
- III. *Alemanha, em 1883, entra na corrida para África. Adquiriu o Sudoeste Africano Alemão, estabeleceu protectorados no Togo e Camarões e criou a África Oriental Alemã (Tanzânia).*
- IV. *Em 1877 os portugueses avançam para o interior consolidando suas posições nas suas áreas de influência.*

Perante as atitudes desenvolvidas pela França, Bélgica, Holanda e Alemanha, no âmbito da corrida imperialista, é notória, a Inglaterra adopta uma tática de antecipação, prontificando-se a negociar com Portugal um tratado em que se encontrasse uma solução quanto à região contestada, estabelecendo-se na zona uma defesa para evitar a penetração de outras potências e, ao mesmo tempo, desta forma, retaliar a Alemanha e a França.

O Governo Britânico, que propôs negociações, acabou por recuar, face a pressões de outras

potências. Portugal ocupou militarmente Ponta Negra. Esta situação levou a Inglaterra a abandonar algumas das anteriores objecções e a aceitar a autoridade portuguesa nas regiões contestadas, assinando com Portugal, em 26 de Fevereiro de 1884, o **Tratado do Zaire**. Este Tratado foi contestado pela opinião pública inglesa, francesa, alemã, holandesa, espanhola e norte-americana, alegando "(...)serem desprezíveis os direitos históricos e antiquíssimos de Portugal naquela área (...)".

Para resolver a situação, Portugal propõe uma conferência internacional entre as principais potências europeias (Maio de 1884). Mas é Bismarck quem, recusando-se a reconhecer o tratado do Zaire, bilateral, toma a iniciativa e, com apoio da França, convoca uma conferência para Berlim, nesse mesmo ano.

As Deliberações da Conferência de Berlim?

Doc. 2

Estas nações reuniram-se em conferência a convite do governo imperial Alemão, e concordaram sob as seguintes declarações:

I O comércio de todas as nações gozarão de uma completa liberdade"

1º Em todos os territórios que constituem a bacia hidrográfica do Congo e seus afluentes. Esta costa é delimitada ao Norte pelas costas do Niari, Ogooué, Shire e Nilo, a Este pelo Lago Tanganhica, ao Sul pela costa do Zambeze e Loge, compreendendo, portanto, todos os territórios regados pelo Congo e seus afluentes, incluindo o lago Tanganica e seus tributários orientais.

2º Na zona marítima que se estende sobre o Oceano Atlântico, desde Setta-Camma até embocadura do Loge. O limite setentrional seguirá o curso do rio que desemboca em Sette-Camma, e a partir de sua origem se dirigirá por Este até à junção com a bacia hidrográfica do Congo.

3º Na zona que se prolonga a Este, do Congo, como já estava limitada até ao Oceano Índico, desde o 5 (quinto) grau de latitude Norte até à embocadura do Zambeze, ao Sul deste ponto a linha de demarcação seguirá o Zambeze até 5 milhas acima do confluente do Shire, e continuará pela linha mais lata que serve de separação às águas que correm até ao lago Niassa e aos tributários do Zambeze, para demarcar finalmente a linha de separação das águas de Zambeze e do Congo.

Ao estender à zona oriental o princípio de liberdade do comércio, este princípio não será aplicado aos territórios que pertençam actualmente a qualquer estado independente e soberano, salvo quando a isso prestem consentimento. As potências acordarão empregarem toda a sua influência

junto, de assegurar a todas as nações, as condições mais vantajosas para o seu comércio.

“II - Todas as bandeiras, sem distinção da nacionalidade, terão livre acesso em todo o litoral dos territórios enumerados”

“III - As mercadorias importadas nestes territórios ficam livres de direitos de entrada e de trânsito. As potências reservam-se o direito de decidir, ao fim de um período de vinte anos, se convirá continuar a manter a franquia de entrada”.

“IV - Toda a potência que exerça actualmente ou de futuro direitos de soberanias nos territórios mencionados não poderá conceder neles nenhuma espécie de monopólio ou privilégio em matéria comercial”.

“V - Todas as Potências que exerçam soberania ou influência nos mencionados territórios se comprometem a valer pela conservação da população indígena e pelo melhoramento das suas condições morais e, sobretudo, do tráfico de negros; outrossim protegerão, sem distinção de nacionalidade nem religião, todas as instituições e empresas religiosas, científicas e caritativas que tendam a instruir os indígenas e a fazer compreender as vantagens da civilização...”

2.2.2 A partilha de África

Vias utilizadas: os tratados e a via militar

Os Tratados:

Afro-europeus

- **Tratados comerciais ou ligados ao tráfico de escravos** - que originaram a intervenção política europeia em África.
- **Tratados políticos** - através dos quais os chefes africanos faziam concessões aos europeus em troca da protecção.

Os Tratados Bilaterais - assinados entre as potências europeias - assinados a seguir à delimitação das áreas de influência pelas potências tinham por finalidade afixar as áreas de influências de cada potência. As áreas de influência eram frequentemente contestadas pelo que quase sempre foram necessários tratados para resolver as disputas territoriais.

Os grandes eixos de distribuição e principais conflitos imperialistas pela ocupação de África.

Sudoeste africano	Alemanha e Inglaterra	Tratado anglo-alemão (29/4 e 7/5/1885)	Definiu as zonas de influência da Inglaterra e da Alemanha no Sudoeste Africano.
África oriental	Alemanha e Inglaterra	Tratado anglo-alemão (1/11/1886)	Coloca Zanzibar sob influência britânica e a África Oriental fica com a Alemanha.
		Tratado de Heligoland	Dividiu a África Oriental entre britânicos e Alemães. Uganda ficou com os ingleses em troca pela ilha de Heligoland.
A África ocidental	Inglaterra e França	Tratados anglo-alemães (1890-93)	Deram à Inglaterra direitos sobre o Alto Nilo;
		Tratado anglo/italiano (1891)	
	Disputa entre Ingleses, alemães e franceses	Convenção do Níger (1898)	Pôs fim as disputas entre França e Inglaterra na África Ocidental;
África Equatorial, oriental e central	Disputa do Congo entre França e Bélgica	Tratado entre a Inglaterra e o Estado Livre do Congo	Fixou os limites do Estado Livre do Congo;
Nordeste da África	França e Inglaterra	Convenção Anglo-francesa (1899)	Regulamentou a questão egípcia, ficando o Sudão com os ingleses e o oeste do Egito com a França.
África Austral e Central	Inglaterra e Portugal	Tratados anglo-portugueses (1891)	Reconhecem a influência portuguesa em Moçambique e Angola e demarcam as áreas Inglesas na região austral;
África Austral	Ingleses e Bóeres na África do sul	Tratado de Vereeniging (1902)	Pôs fim à guerra anglo-bóer.

2.2.3 A conquista militar

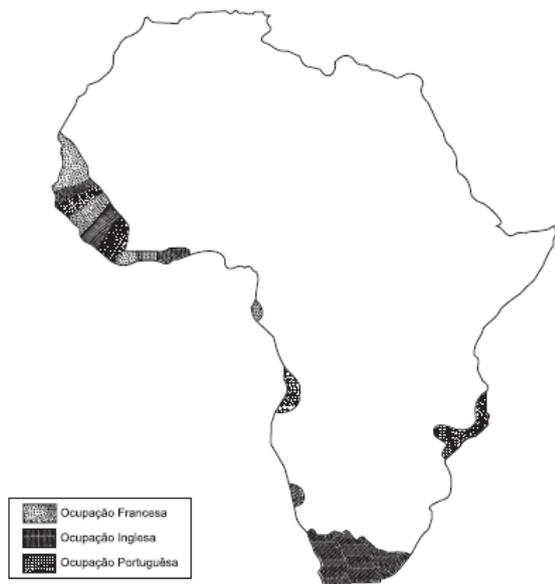
<i>França</i>	<i>África Ocidental</i>	<i>Alto ao Baixo Níger (reino de Caior, em 1886, império Soninke, em 1887, império Mandinga, em 1898, império Tukolor, entre 1889 e 1890. Costa do Marfim, Guiné Francesa, em 1893, Daomé, em 1894, Gabão, finais dos anos 1890.</i>
<i>Grã-Bretanha</i>	<i>África Ocidental</i>	<i>Costa do Ouro (Ashanti. em 1901). Nigéria: reino Yoruba, em 1893, reino Itsekiri em 1894, reino de Opobo em 1887, Brass e Benin, finais dos anos 1890; Nupe, Ilorin, em 1897, e Sokoto, em 1902.</i>
	<i>Norte da África</i>	<i>Sudão, em 1898</i>
	<i>África Oriental</i>	<i>Zanzibar, em 1890. Uganda, em 1894/1899. Quênia, no início do século XX.</i>
	<i>África central e austral</i>	<i>Matabelelândia (Zimbabwe) – 1893. Mashonalândia (Zâmbia) - 1901.</i>
	<i>África do Sul</i>	<i>África do Sul, entre 1899 e 1902.</i>
<i>Alemanha</i>	<i>Sudoeste Africano</i>	<i>Namíbia, no final do século XIX.</i>
	<i>África Ocidental</i>	<i>Togo, em 1897-98. Camarões, em 1902.</i>
	<i>África Oriental</i>	<i>Tanganyica, em 1888 – 1907.</i>
<i>Portugal</i>	<i>África Ocidental</i>	<i>Guiné Bissau (1880 a 1920).</i>
	<i>África Oriental</i>	<i>Angola e Moçambique (1880 a 1920).</i>
<i>Bélgica</i>	<i>África Central</i>	<i>Estado Livre do Congo (1892 – 1895). Katanga no início do século XX.</i>
<i>Itália</i>	<i>Nordeste da África</i>	<i>Eritreia (1883); Somália (1886).</i>
	<i>África do Norte</i>	<i>Tripolitânia e Cirenaica (Líbia) (1911).</i>

Portanto, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial todo o continente africano, exceptuando a Libéria e Etiópia, estava sob domínio europeu.

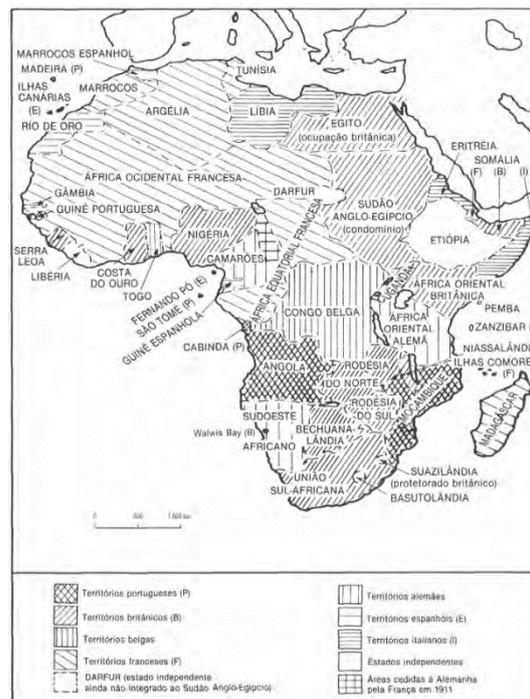
2.2.4 A evolução do mapa político da África após a conquista e ocupação

O período de 1880 a 1910, um lapso de cerca de 30 anos, foi marcado por profundas transformações no mapa político de África. Os vários estados, reinos e impérios africanos que existiam em 1879 deram lugar a cerca de 40 novos estados.

Mapa Político da África em 1880



Mapa Político da África em 1914



Porquê os europeus conseguiram conquistar África?

Uma das questões que merecem sempre alguma reflexão quando se fala da ocupação de África é a que se refere ao facto de a Europa ter conseguido subjugar com relativa facilidade a África.

A explicação deste facto pode ser encontrada pela combinação de vários factores:

- O conhecimento que os europeus possuíam sobre a África e os africanos, ao contrário dos africanos que nada sabiam sobre os europeus;
- Os progressos na medicina, particularmente na cura da malária;
- O maior poder económico dos europeus, que lhes permitia suportar elevados gastos com as campanhas militares;
- A paz na Europa, nos anos 1880 até princípios do século XX, e a solidariedade entre os estados europeus na busca de soluções para os seus problemas em África;
- A superioridade logística e militar que se traduzia na capacidade de estes constituírem e suportarem exércitos profissionais, enquanto os africanos dificilmente conseguiam ter exércitos permanentes, limitando-se a recrutar homens sempre que houvesse ameaça de guerra.

Portanto, a superioridade económica, política, militar e tecnológica dos europeus em relação aos africanos tornou a luta entre africanos e europeus bastante desigual, o que explica o triunfo relativamente fácil dos europeus diante da resistência africana.

2.3 A Resistência Africana

“Por toda a parte defenderam os africanos o seu solo e com frequência palmo a palmo. (...) É por milhares que temos de contar aqueles que se mataram pelas próprias mãos, de preferência a sobreviverem a perderem a liberdade. (...)” In Ki Zerbo, História da África Negra, vol. II (p. 96)

Os estudos sobre a resistência africana das décadas 1880 a 1900, em geral apoiam-se ou servem para demonstrar três ideias-chave sobre a resistência africana:

- a resistência africana foi importante na medida em que provou que os africanos nunca se resignaram diante da invasão;
- longe de ser desesperada e ilógica, foi, muitas vezes, movida por ideologias racionais e inovadoras;
- os movimentos de resistência não eram insignificantes, pois tiveram consequências importantes em seu tempo e são ainda hoje.

2.3.1 Generalização da resistência

Uma das ideias defendida pelos eurocentristas era a de que os povos africanos viam a chegada dos europeus como um feliz acaso que os permitiria libertar-se das guerras internas e tribais, das epidemias, fomes e outros males que assolavam o continente. Segundo eles, havia, entre os africanos, os que eram pacíficos e não ofereceram resistência e outros, a minoria "sedenta de sangue", que protagonizaram reacções primitivas e irracionais. Portanto, para esta corrente historiográfica, os africanos nunca protagonizaram uma acção de resistência como um "fenómeno organizado".

É despropositado tentar, no contexto da resistência africana, distinguir as sociedades africanas em belicosas e pacíficas, pois quase todos os estados africanos se esforçaram por alcançar uma plataforma de colaboração com os europeus, mas também todos eles tinham valores e interesses a defender, mesmo com recurso às armas, se fosse necessário.

A atitude inicial dos africanos face à chegada dos europeus no século XIX foi muito variada, mas em geral prevaleceu a surpresa receosa ou divertida e sobretudo a hospitalidade. Raramente foi de hostilidade.

Só quando a escravatura atingiu as pequenas tribos e, sobretudo, no fim do século XIX quando os africanos aperceberam-se da existência de uma nova vaga de estrangeiros cujos objectivos eram diferentes dos primeiros. Foi nessa altura que a resistência africana começou a se manifestar, movida pela consciência de um perigo de morte das colectividades africanas.

Primeiro, foram os chefes e as classes privilegiadas que reagiram perante a ameaça da sua

condição devido à chegada dos europeus. Depois, com a implantação do sistema colonial, a resistência generalizou-se tomando diferentes formas desde a fuga até à sublevação armada.

Portanto, todas as sociedades africanas, desde as comunidades nómadas até às várias sociedades centralizadas resistiram à ocupação europeia. Como é óbvio, o nível de organização em cada uma das sociedades reflectiu-se na intensidade que a resistência atingiu em cada sociedade.

2.3.2 A Ideologia da Resistência

Diversas teorias:

1. Defensores do colonialismo – a resistência armada teve um carácter irracional e desesperado e foi resultado da superstição. As populações estavam satisfeitas com a dominação colonial e só participaram nas acções de resistência porque foram trabalhadas por feiticeiros-curandeiros.
2. Correntes anticoloniais europeias - os africanos não tinham muita coisa no seu modo de pensar "tradicional" que pudesse ajudá-los a reagir efectiva ou concretamente às agressões ao seu modo de vida. As ideologias de revolta foram consideradas "magias do desespero", votadas ao malogro, sem perspectivas de futuro, por isso os movimentos estavam condenados ao fracasso.
3. Historiadores actuais da resistência – atribuíram à revolta ideologias estritamente profanas, afastando as ideologias religiosas. A principal ideologia profana da resistência africana é o princípio da soberania segundo o qual "**a resistência africana surgiu em resultado da alienação da soberania africana**". Como diz Jacob Ajayi "*os dirigentes africanos enquanto guardiões da soberania do povo, eram hostis a todos os poderes que desafiassem tal soberania*".

A ideia da soberania constituiu a base da resistência africana.

O papel das ideias religiosas

As doutrinas e símbolos religiosos apoiavam-se, normalmente, nas questões da soberania e da legitimidade. Em regra, o poder dos chefes africanos era legitimado por rituais e, como tal, todas as acções dos chefes, incluindo a mobilização do povo para a resistência, eram suportados por símbolos e conceitos religiosos.

As ideias religiosas constituíram um suporte valioso para os movimentos de resistência, ao permitir aglutinar a população em torno de um ideal religioso, o que não seria possível a volta de

qualquer outro elemento, e ao animar o próprio movimento pela convicção da protecção dos deuses.

2.3.3 Consequências e relevância da resistência africana

Vista sob o ponto de vista do seu principal objectivo - a *preservação da soberania face à ameaça europeia* - a resistência africana foi um total fracasso, pois volvidos 30 anos após o início das campanhas de ocupação quase todo o continente se achava sob domínio dos europeus.

Contudo, sem que tenha sido seu propósito, a resistência produziu resultantes de muito maior alcance na história da África:

- No que se refere à soberania é preciso dar mérito aos movimentos de resistência para o sucesso do nacionalismo e na reconquista da referida soberania.
- Tendo sido depositárias de ideias religiosas, os movimentos de resistência contribuíram para o surgimento de agrupamentos em torno de ideias, sejam elas quais forem, opondo-se ao agrupamento de base tribal, característico dos movimentos primários.



EXERCÍCIOS

I. Assinale a opção correcta

1. Os estados africanos que já existiam no século XV são:

- A. Moçambique, Angola, Congo.
- B. Zimbabwe, Moçambique, Angola, Congo.
- C. Mali, Songhai, Ghana, Mwenemutapa.
- D. Ghana, Mwenemutapa, Zimbabwe, Moçambique.

2. Qual das opções abaixo caracteriza as relações entre África e a Europa do século XV a XIX?

- A. Intercâmbio comercial (comércio desigual)
- B. Dominação política dos estados africanos pelos invasores europeus
- C. Respeito pela soberania de cada estado
- D. Dependência militar dos estados africanos em relação aos europeus

3. No âmbito do comércio triangular o papel de África era de...

- A. fornecer matéria-prima à Europa.
- B. mercado da produção manufactureira europeia.
- C. local de trânsito dos europeus rumo a Índia e de fornecer matéria-prima à Europa.
- D. fornecer matéria-prima à Europa e Mercado da produção manufactureira europeia.

4. No início do século XIX o mapa político da África tinha como características ...

- A. existência de reinos, estados e impérios autóctones, encabeçados por chefes africanos que controlavam a vida política, económica e ideológica dos africanos.
- B. forte presença europeia em África, controlando a vida política, económica e ideológica dos africanos.
- C. forte presença de mercadores árabes e europeus em África controlando a vida política, económica e ideológica dos africanos.
- D. forte presença de mercadores árabes em África controlando a vida política, económica e ideológica dos africanos.

5. Quais foram os factores do interesse dos europeus pelo interior de África?

- A. Curiosidade científica, espírito de aventura e impacto da Revolução Industrial.
- B. As viagens exploratórias e revolução industrial.
- C. Impulso missionário e viagens exploratórias.
- D. A dominação colonial e a corrida imperialista.

6. Quais dos seguintes exploradores passaram pela África Central e Austral?

- A. Henri Barth, Stanley, Livingstone C. Samuel Baker, Gordon Laing, Burton
- B. Stanley, Livingstone, Capelo D. Livingstone, Henri Barth, Cameroon

7. Qual das seguintes frases define a corrida imperialista?

- A. Convocação da Conferência Geográfica de Bruxelas na qual fundou a Associação Internacional Africana.
- B. Ambiente de disputa entre as potências europeias pela África, entre finais da década de 1870 e princípios de 80.
- C. Viagens realizadas pelos mercadores, missionários e militares, para o estudo da África.
- D. Acções diplomáticas e militares visando a partilha e a ocupação do continente.

8. Quais foram os países participantes da conferência de Berlim?

- A. Grécia, Inglaterra, Alemanha, Portugal, França
- B. China, Inglaterra, Alemanha, Portugal, França
- C. Japão, Inglaterra, Alemanha, Portugal, França
- D. EUA, Inglaterra, Alemanha, Portugal, França

II. Assinale com V as afirmações verdadeiras e F as falsas, a cerca da invasão do continente africano

Afirmação	V/F
9. Em 1914 toda a África, exceptuando a Etiópia e a Libéria, encontrava-se sob domínio dos europeus ou em vias disso.	
10. Corrida imperialista é como se chamou o ambiente de disputa entre os estados europeus pela África, nas décadas de 1870/80.	
11. Na região do Congo os interesses franceses eram representados por Brazza e os da Bélgica por Stanley.	
12. A Conferência de Berlim realizou-se na Alemanha entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885.	
13. Em 1879, Leopoldo II expulsou Stanley da Associação na qual tinha a tarefa de criar postos e assinar tratados com os chefes africanos.	
14. As actividades de Stanley, em representação da Bélgica, no Congo, não originaram quaisquer reacções de outros países europeus.	
15. À chegada de Stanley ao Congo, já Brazza se encontrava na região, pelo que se instalou a disputa da região entre franceses e belgas.	
16. Ao assinar tratados políticos com os europeus, os chefes africanos renunciaram conscientemente à sua soberania.	
17. No âmbito da ocupação da África, a França e a Inglaterra disputavam, entre outros territórios, a África Ocidental.	
18. A literatura colonial procurou minimizar a Resistência africana ao tentar dar a entender que os africanos aceitaram passivamente a ocupação.	
19. A resistência africana começou a manifestar-se logo no início do Século XIX quando os europeus iniciaram as viagens exploratórias.	
20. A resistência africana generalizou-se no fim do século XIX, quando os africanos se aperceberam das pretensões conquistadoras dos europeus.	
21. A resistência africana foi assunto dos chefes, os únicos que se batiam com os europeus em defesa do seu povo.	
22. A resistência africana desenrolou-se sob diferentes formas, que incluíam a fuga, as greves, manifestações, a sublevação armada, etc.	

II.

23. Preenche os espaços em branco, usando as palavras que se seguem, de modo a ter uma frase completa sobre a resistência africana.

uropeus	interesses	armada	estrangeiros
hostilidade	africanos	conquista	resistência
Eurocentristas	colaboração	hospitalidade	pacíficos
estados	chefes	colonial	reações
minorias	armas		

Uma das ideias, defendida pelos A....., era a de que B..... viam a chegada dos C..... como um feliz acaso que os permitiria libertar-se dos males que assolavam o continente. Segundo eles, a maioria dos africanos eram D..... e não ofereceram E....., enquanto uma F..... "sedenta de sangue", protagonizou G..... primitivas e irracionais. Na realidade, todos os H..... africanos se esforçaram por alcançar uma plataforma de I..... com os europeus, mas também tinham valores e J..... a defender, mesmo com recurso às k....., se fosse necessário. Em geral, a atitude inicial dos africanos face à chegada dos europeus foi de L..... e muito raramente foi de M..... Só no fim do século XIX quando os africanos aperceberam-se da existência de uma nova vaga de N..... com objectivos de O....., a resistência africana começou a se manifestar. Primeiro foram P..... os que reagiram perante a ameaça, mas, depois, com a implantação do sistema Q....., a resistência generalizou-se tomando diferentes formas desde a fuga até a sublevação R.....



SÍNTESE

3.1 A Política Indígena

A conquista e a ocupação foram seguidas da montagem do aparelho administrativo colonial, observando as condições de cada território conquistado.

A política colonial em África tomou, em regra, o sentido de “política indígena”, ou seja, privilegiou a adopção de uma política indígena - *as diversas formas de administração dos africanos que variavam consoante vários factores que se chamou Política Indígena.*

3.2 As Formas de Dominação Colonial

Administração indirecta – *sistema de administração no qual a metrópole confiava aos chefes locais algumas tarefas administrativas tais como a cobrança dos impostos, o pagamento dos funcionários locais e a aquisição de fundos para desenvolver obras na região. A metrópole ficava com a função de controlo das relações das colónias com o exterior.*

Ao chefe africano competia realizar as suas funções tradicionais, mas sempre de acordo com os interesses da administração colonial. Esta forma de administração garantia uma certa legitimidade do poder colonial diante do povo, evitando, assim, a possível contestação.

O *indirect rule* deu lugar às colónias de exploração, em que a produção estava a cargo das comunidades e os colonos adquiriam os produtos comprando a preços muito baixos. Vigorou em quase todas as colónias britânicas, belgas (Congo) a partir de 1920, bem como nas colónias francesas com a chamada ***politique d’association*** que “*era uma forma de administração indirecta, com conservação, embora melhor dirigida e vigiada, das instituições do povo submetido e com respeito por seu passado*”. Entretanto, limitou-se a Marrocos.

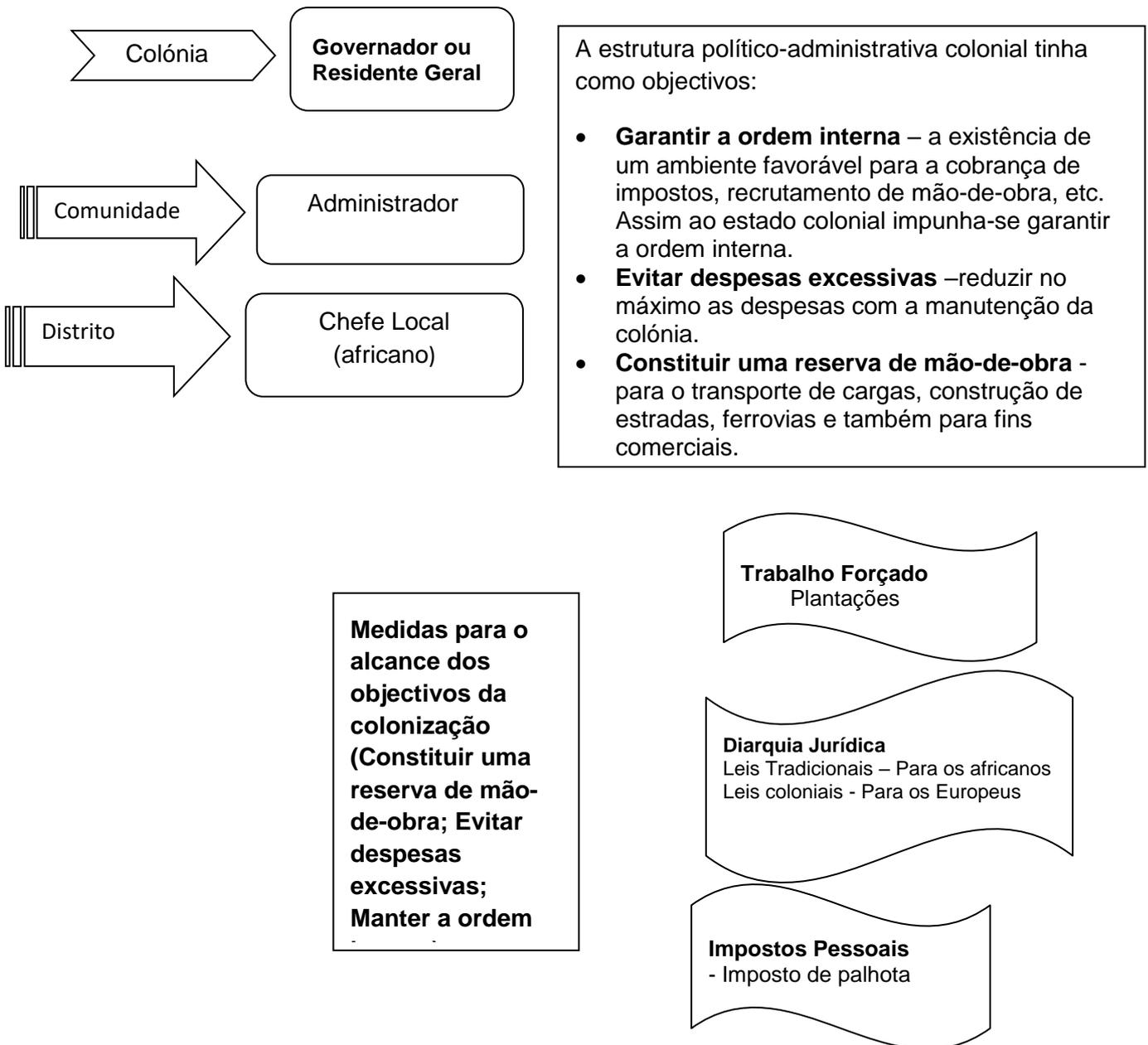
A Administração directa - consiste na criação, pela metrópole, de um aparelho administrativo e militar forte e capaz de administrar a colónia. Estimula-se em paralelo uma pequena elite africana para dotá-la de força suficiente para controlar a força de trabalho.

A administração directa conduziu as colónias de povoamento, em que os africanos eram forçados a abandonar as suas terras a favor dos colonos, convertendo-se em mão-de-obra barata. Este sistema vigorou na África do Sul, nas Rodésias, no Quênia e nas colónias portuguesas.

3.3 As Estruturas Coloniais

3.3.1. O Aparelho Político-Administrativo das Colónias

Embora existam diferentes sistemas administrativos e tipos de colónias, a organização da máquina administrativa apresentava algumas semelhanças.



Para alcançar os seus objectivos, várias medidas foram tomadas, entre elas a reforma do sistema judiciário, a introdução do trabalho forçado e os impostos pessoais.

3.3.2. Os Territórios franceses



A França ocupou vastos territórios na África Ocidental e Equatorial. Os territórios franceses foram agrupados em dois conjuntos:

- África Ocidental Francesa constituída pelo Sudão, Alto Volta, Senegal, Mauritânia, Guiné, Costa do Marfim, Níger e Daomé;
- África Equatorial Francesa que incluía Congo, Gabão, Ubangui-Chari e Chade, que constituíam uma só colónia;
- Além destes territórios a França ocupou ainda a Argélia na África do Norte e Madagáscar na África Austral.

As Estruturas Políticas nas Possessões Francesas

Todas as colónias eram dirigidas por um ministro das colónias, responsável pela administração colonial perante a Assembleia Nacional.

Cada federação era dirigida por um Governador-geral cujo poder era comparável ao do presidente de uma república. Ele preparava o orçamento federal, dirigia as forças armadas e os serviços administrativos centrais da federação. Era apoiado por um conselho de governo (órgão consultivo e não executivo) formado pelo secretário-geral da colónia, general-chefe, procurador-geral entre outros.

Na estrutura administrativa estava a seguir ao governador-geral o governador (chefe do território) com o seu próprio conselho de governo.

O governo servia-se de uma rede de comandantes de círculo a quem se subordinavam os chefes de subdivisão. O comandante de círculo era o “homem-orquestra”, que tudo sabia e tudo fazia no seu território, o “Deus do mato”.

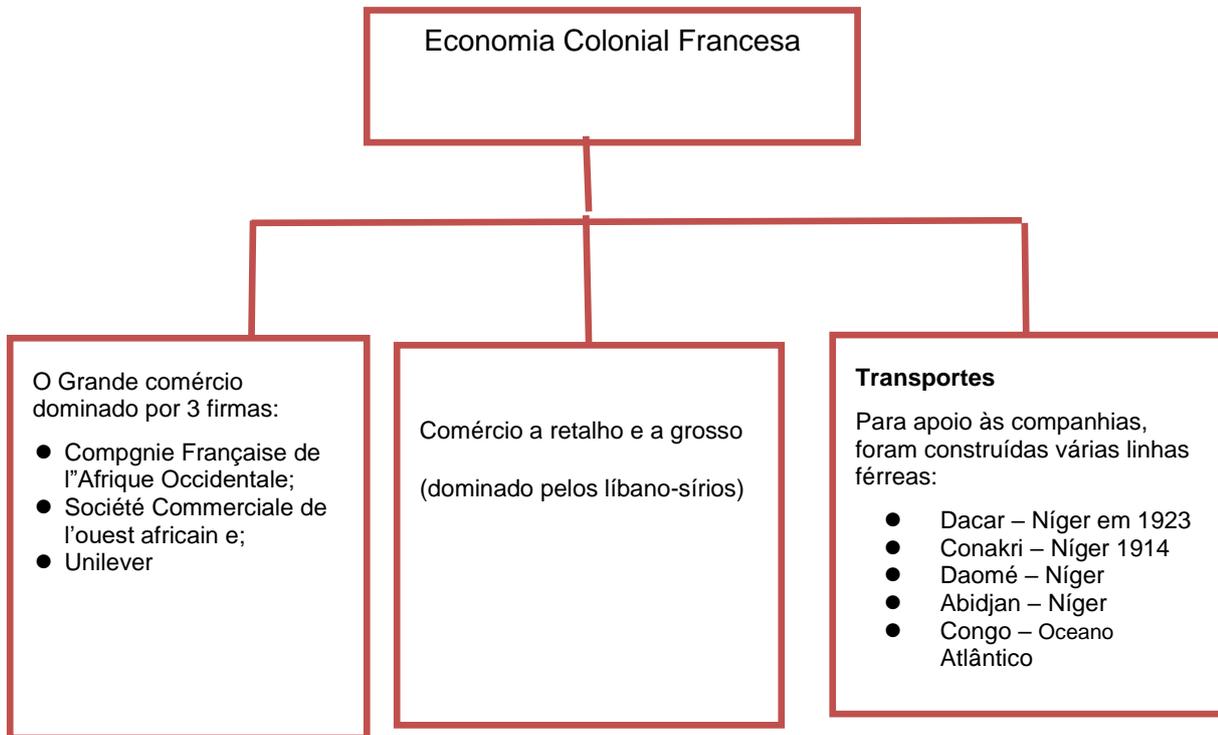
Os africanos estavam divididos em duas categorias:

- **Cidadãos:** africanos nativos das quatro comunas do Senegal, onde os franceses se instalaram inicialmente e que tinham adquirido o estatuto de cidadãos franceses. Os cidadãos tinham os mesmos direitos políticos que os franceses. Tinham um conselho geral e mandavam um parlamentar à Assembleia Nacional em Paris. Podiam, com o tempo, adquirir a cidadania francesa.
- **Súbditos:** os africanos dos outros territórios, onde a fixação francesa foi mais tardia. Os súbditos tinham o estatuto de indígenas, sujeitos a forte discriminação e com direitos muito limitados. Muito dificilmente podiam ascender à cidadania francesa.

No processo da implantação do domínio colonial os chefes tradicionais foram substituídos por comandantes, passando estes a constituir simples instrumentos da autoridade colonial embora para as comunidades nativas continuassem a ser respeitados como chefes.

Um dos principais suportes da autoridade colonial francesa era o exército, inicialmente constituído apenas por senegaleses, mas que gradualmente foi integrando africanos de outras regiões.

A participação de africanos nos exércitos europeus particularmente em campanhas na Europa tornou-se num importante factor político, especialmente em relação ao desenvolvimento da consciência nacionalista, pois, no seu regresso da Europa, tinham uma visão política mais ampla.



A rede rodoviária foi mais desenvolvida na África Ocidental e menos na África Equatorial francesa.

Além da construção de vias de comunicação, o estado colonial conferiu às companhias francesas preferência aduaneira o que lhes permitia abafar o poder das companhias britânicas. Beneficiaram ainda de concessões, sobretudo na África Equatorial, onde puderam impor o seu monopólio, afastando a concorrência das companhias inglesas e dos camponeses africanos. Mais tarde, a protecção estatal foi alargada aos produtores africanos.

3.3.3. Os Territórios Britânicos



A Inglaterra constitui uma das maiores potências coloniais que dispunha de colônias em quase todas as regiões do continente. Observe o mapa – o império colonial inglês

A Inglaterra ocupou a Nigéria, o Gana, Gâmbia e Serra Leoa na África Ocidental, Egito e Sudão no nordeste, Uganda e Quênia na África Oriental, Malawi, Zâmbia e Zimbabue na África central e África do Sul, Botswana, Lesotho e Swazilândia no extremo sul do continente.

A Política Colonial Britânica

A política colonial britânica foi guiada por dois princípios, que até fazem parte dos postulados mais

sagrados do direito público britânico:

- Princípio da autonomia financeira;
- O princípio da autonomia política ou descentralização administrativa.

Entre 1830 e 1843, G. Mac Lean tentou moldar, na África Ocidental, as regras administrativas e judiciais britânicas ao quadro africano, por cooperação com os chefes. Mas, por razões próprias de cada uma destas categorias, os missionários e os negociantes opuseram-se. Mas a experiência foi retomada sob outras formas. Desse modo, as colónias ocidentais beneficiavam de um arranque socioeconómico bem mais nítido do que na África Oriental e Central.

A Administração Colonial na África Ocidental Britânica

As colónias inglesas na África Ocidental tinham uma larga frente de costa e com cursos inferiores de rios importantes como Gâmbia, Volta e Níger. A exploração económica foi confiada a companhias majestáticas, e a direcção administrativa a um governo que respondia perante o secretário de Estado para as colónias e dirige o país através de chefe de distrito. Era o *indirect rule*.

Com este sistema de administração, a Grã-Bretanha reservava-se ao papel de árbitro, não intervindo directamente nas questões das colónias salvo em certos sectores técnicos (saúde, agricultura,...).

Outros tipos de instituições nas colónias inglesas foram os conselhos executivos e legislativos. Os conselhos executivos eram constituídos por altos funcionários nomeados para coadjuvarem o governador.

Os conselhos legislativos eram assembleias locais que tinham a função de elaborar leis da colónia, mas a sua aplicação era sancionada pelo governador e pelo secretário de estado para as colónias. Este órgão foi criado na Gâmbia (1943), Costa do Ouro (1950) e Lagos (1952).

De 1922 a 1925 foram tomadas disposições para regular a eleição dos membros por um eleitorado africano, mas só em 1948 começaram a aparecer mais eleitos do que nomeados.

Em 1940 foram escolhidos alguns africanos para o conselho executivo. Começava então um tímido controlo africano sobre os assuntos do governo, especialmente na cobrança de impostos.

3.4. Economia Colonial-Características Gerais

A implantação colonial, a partir de finais do século XIX, levou ao início do controlo estrangeiro sobre a economia africana e os africanos foram perdendo sua independência económica.

Vários factores puseram em causa a independência económica dos africanos a partir dos finais do século XIX:

- Construção de sistemas de transportes e comunicações;
- Apropriação das terras – os africanos passaram a se submeter à condição de empregados.

Até à primeira guerra mundial, o crescimento da economia africana foi muito lento, sendo o comércio (importação e exportação), o sector que registou um crescimento mais alto.

As importações aumentavam lentamente e envolviam produtos tradicionais do comércio de meados do século XIX, não incluindo máquinas ou produtos industriais, com a excepção da África do Sul. As exportações também tinham um crescimento lento e eram muito irregulares.

Na agricultura e na indústria registaram-se igualmente desenvolvimentos muito fracos, com excepção, uma vez mais, da África do Sul e Argélia.

O recrutamento de mão-de-obra baseava-se na coerção não económica, em especial no trabalho forçado ou de algumas formas de escravidão.

3.4.1. Principais Actividades na Economia Colonial

As colónias tinham a função de fornecer matérias-primas para a metrópole, por isso ocupavam-se das actividades económicas viradas para esse fim, tais como agricultura, mineração, silvicultura, etc.

- Exploração mineira - na África do Sul, Sudoeste africano e Rodésias.
- Agricultura - na África Austral, no Congo belga, no norte de África e na África oriental. A África central foi igualmente uma região agrícola, porém esta actividade foi dominada pelas companhias devido à fraca densidade populacional.
- Na África Ocidental as culturas de exportação (cacau, borracha)
- As reservas florestais - no Gabão e em outros locais onde existissem florestas.
- Transportes com vários africanos trabalhando nos portos ferroviários ou como camionistas.
- Outras actividades - venda de carne, pesca, artesanato, serviços (professorado, polícia, exército, serviços domésticos).

Salários e Relações Laborais

Durante o regime colonial as relações de trabalho caracterizaram-se pela exploração dos trabalhadores africanos que se manifestavam de diferentes maneiras:

- Baixos salários;

- Proibição das organizações operárias capazes de forçar melhoria nas condições de trabalho do trabalhador africano;
- Prevalência do trabalho por tarefa ou por peça;
- Ausência de benefício em caso de doença, incapacidade, desemprego ou velhice.

A Economia Nos Territórios Britânicos

Um dos princípios-chave da política colonial britânica é o princípio do “império barato”. Para os ingleses, quaisquer subsídios às colónias eram considerados graves anomalias, algo intolerável. Partindo deste pressuposto, a Inglaterra norteou toda a sua acção nas colónias por uma gestão prudente e estrita.

Mas é claro que cada colónia tinha as suas especificidades. Algumas tinham mais recursos, outras tinham melhores saídas para o mar, outras ainda possuíam melhores cursos de água. Enfim, em cada colónia existia uma realidade diferente e a actuação da metrópole foi feita, só podia ser feita, tendo em atenção essas diferenças.

3.4. Impacto e Significado do Colonialismo em África a Nível Político

Consequências Políticas

- *Instauração de um grau maior de paz e estabilidade;*
- *Criação dos modernos estados independentes;*
- *Introdução de um novo sistema jurídico e de uma nova administração;*
- *Nascimento do Nacionalismo Africano e do Pan-Africanismo;*
- *Criação de um sentimento de cólera, de frustração e de humilhação;*
- *Arbitrariedade fronteiras africanas;*
- *Enfraquecimento dos sistemas de governo indígena;*
- *A indiferença dos africanos em relação à gestão da propriedade pública;*
- *A formação de exércitos permanentes;*
- *A perda da soberania e da independência.*

<p>Consequências Económicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição de uma infra-estrutura de estradas e vias-férreas, instalação do telégrafo, do telefone e de aeroportos; • Desenvolvimento do sector primário da economia; • A Introdução da economia monetária; • Aumento da população; • A urbanização; • Melhoria da qualidade de vida, principalmente nas cidades; • Implantação de uma rede de transportes desajustada; • Grandes desequilíbrios económicos entre regiões de um mesmo país; • Ausência quase total da indústria transformadora, atrofiamento das indústrias; • Elevado peso da dominação sobre os africanos.
<p>Consequências Sociais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A difusão do cristianismo, do islamismo e da educação ocidental; • A introdução das línguas francas (normalmente a da metrópole); • A discriminação dos africanos diante dos europeus; • A deterioração da situação da mulher africana; • A implantação da cultura europeia em prejuízo da africana.

Aspectos Positivos da Colonização

A dominação colonial teve efeitos nefastos para as comunidades africanas, porém é preciso reconhecer que a presença europeia acabou conduzindo a algumas realidades positivas para o continente, tais como:

- Implantação de infra-estruturas;
- Surgimento de uma camada de africanos privilegiados (fazendeiros);
- Avanço na saúde;
- Diminuição da população devido à separação de casais, doenças, trabalho forçado, etc.;
- Implantação da propriedade privada especialmente nas zonas costeiras.

É claro que nenhuma destas realizações resultou de acções deliberadas de produzir algo positivo para África e para os africanos, mas sim como algo inevitável ao pleno domínio dos territórios africanos. Não obstante, são realizações de inegável valor que o colonialismo legou ao continente.



EXERCÍCIOS

I. Assinale a alternativa correcta para cada questão colocada.

1. O que entende por política indígena?

- A. Montagem do aparelho administrativo colonial, observando as condições de cada território conquistado.
- B. As diversas formas de administração dos africanos que variavam consoante vários factores.
- C. Sistema de administração no qual a metrópole confiava em chefes locais algumas tarefas administrativas tais como a cobrança dos impostos.
- D. Forma de administração colonial, com conservação das instituições do povo submetido e com respeito por seu passado.

2. O Sistema de administração iniciado e aplicado por Lord Lugard na Nigéria e que vigorou em quase todas as colónias britânicas designou-se:

- A. Administração directa C. Administração colonial
- B. Administração indirecta D. Colónias de povoamento

3. A diarquia jurídica foi um procedimento que consistia em:

- A. Criar tribunais indígenas
- B. Deixar os litígios africanos para serem resolvidos segundo as leis africanas, ficando os problemas dos europeus sob alçada das leis coloniais
- C. As autoridades coloniais julgarem de maneira diferenciada os litígios, conforme envolvessem africanos ou europeus
- D. Sujeitar africanos e europeus à mesma legislação

4. Os tribunais indígenas eram dirigidos por ...

- A. africanos e deviam respeitar o direito consuetudinário africano.
- B. europeus e deviam respeitar o direito consuetudinário africano.
- C. africanos e deviam respeitar o direito colonial europeu.
- D. europeus e deviam respeitar o direito colonial europeu.

5. O extracto “Se as vossas finanças públicas estão equilibradas, tendes vocação para a responsabilidade política” refere-se ao:

- A. Princípio da Administração Indirecta
- B. Princípio da Administração Directa
- C. Princípio da autonomia financeira
- D. Princípio da centralização financeira.

6. Quais eram os objectivos do sistema tributário colonial?

- A. Autofinanciar a colonização e forçar os africanos a trabalharem como assalariados.
- B. Criar receitas para a metrópole e atrair colonos para África.
- C. Obrigar os africanos a pagarem o imposto de palhota e salários.

D. Diminuir a mão-de-obra barata e obrigar os colonos a saírem das colónias.

II. Marque com V as afirmações verdadeiras e F as falsas, em relação aos sistemas de administração colonial.

Afirmações	V/F
7. Na administração indirecta a metrópole concede aos africanos o poder a nível das instituições tradicionais, bem como da administração colonial.	
8. Na administração indirecta, assegurava-se uma certa legitimidade do poder colonial diante do povo, ao não afastar os africanos da vida política.	
9. O indirect rule deu lugar às chamadas colónias de povoamento.	
10. O Sistema de administração indirecta teve em Lord Lugard e Jules Harmand, os seus principais teóricos.	
11. O princípio europeu do “império barato” e a ideia de que “quanto menos se molestar os africanos mais activa seria a sua cooperação” explicam a opção pela administração directa.	
12. A administração directa estimula o surgimento de uma pequena elite africana virada para o controlo da força de trabalho.	

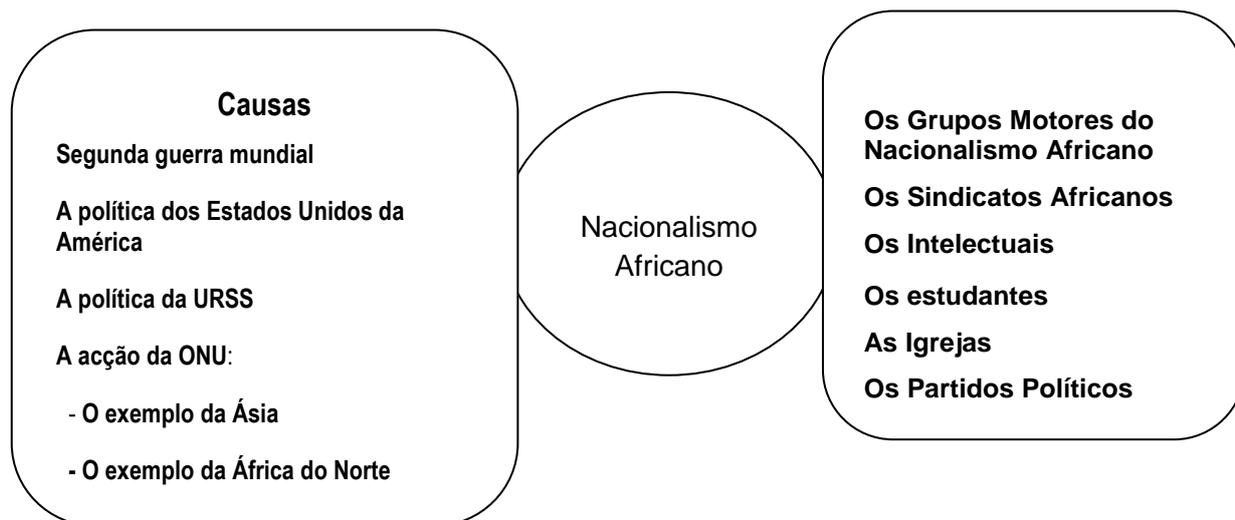
III. Complete o texto que se segue usando as palavras:

Transporte	Agricultura	matérias-primas
Silvicultura	Exploração	mineração
Colonial	Salários	africanos
Sindicatos	Empregados	
Terras	Económica	

13. Com a implantação do sistema A_____, a partir de finais do século XIX, os B _____ foram perdendo sua independência C_____, o que foi estimulado pela construção de sistemas de D_____ e pela apropriação das E_____ passando os africanos a se submeter à condição de F_____. No âmbito da economia colonial, as colónias tinham a função de fornecer G_____ à metrópole, por isso ocupavam-se das actividades viradas para esse fim, tais como, H_____ principalmente de plantação, I_____ e K_____ para extracção de madeira. As relações de trabalho caracterizaram-se pela L_____ dos africanos que se manifestava no pagamento de baixos M_____, proibição dos N_____, entre outras práticas.

**SÍNTESE****4.1. O surgimento do nacionalismo em África**

O nacionalismo africano surgiu como expressão da indignação e oposição dos africanos perante o jugo colonial. Iniciou com as primeiras manifestações de oposição à presença europeia e, embora tenha passado por momentos de menor impacto, nunca desapareceu.



Os partidos políticos foram as principais forças do movimento nacionalista em África. A partir de 1945, uma convergência de vários factores levou ao surgimento de centenas de partidos políticos, uns legais e outros ilegais.

<p>Factores do surgimento</p> <p><i>A influência dos movimentos e chefias pré-existentes</i></p> <p><i>O desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação</i></p> <p><i>O enfraquecimento do poder dos chefes tradicionais</i></p> <p><i>A destruição das hierarquias económicas e sociais</i></p> <p><i>As liberdades fundamentais de reunião, de expressão e de deslocação</i></p> <p><i>O apoio dos partidos metropolitanos</i></p>	<p>Os partidos políticos</p>	<p>Tipos</p> <p>Partidos de notáveis - dirigidos por pessoas com posição económica e social privilegiada. São partidos marcados pelo culto à personalidade. Ex. Congresso dos Povos do Norte, na Nigéria.</p> <p>Partidos de massas – partidos com forte envolvimento popular e onde o exercício do poder era por mandato e legitimado pela eleição. Ex. PDG da Guiné, o CPP do Gana ou a União Sudanesa. São a maioria dos partidos africanos.</p> <p>Partidos de quadros - constituídos por uma elite instruída. São pouco numerosos.</p>
--	-------------------------------------	---

A Organização dos Partidos

As organizações políticas africanas tomaram formas bastante variadas.

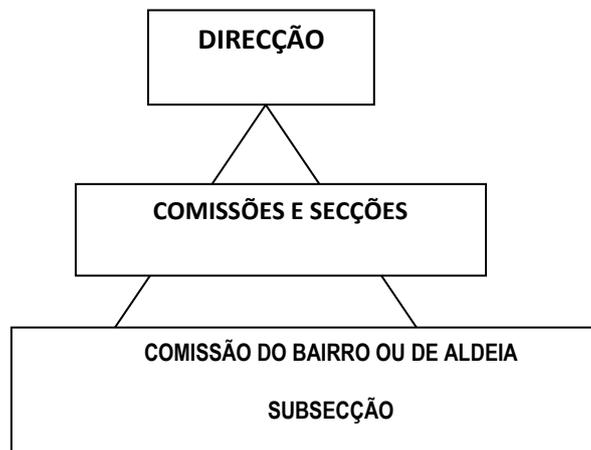
Congresso – união das forças vivas de um país numa organização com articulações pouco rígidas e que se propõe travar o combate por todo o país. Ex. RDA, Congresso Nacional Africano, etc.

Frente – concentração política, assente numa plataforma contratual estabelecida diante de uma situação revolucionária por um conjunto de partidos que se entendem na base de um programa mínimo, com regras bem definidas e visando objectivos claros.

Partido – organismo político muito homogéneo e restrito e que, devendo contar com outras forças vivas organizadas no xadrez político, se permite um campo de manobras mais amplo.

As Estruturas Partidárias

A organização dos partidos foi bastante variável consoante as influências iniciais sobre os mesmos, as necessidades políticas locais e a personalidade dos dirigentes.



A unidade básica do partido é a **comissão do bairro ou de aldeia, a subsecção, célula** ou outra estrutura análoga. Este critério de organização baseado na habitação permitia a solidariedade de vizinhança aglutinar pessoas com funções sociais diferentes, facilita as reuniões e as palavras de ordem são espalhadas através do contacto directo. O recrutamento é feito através das ligações familiares ou de vizinhança.

As Comissões e Secções- elo de ligação entre a liderança do partido e as bases. Compete a elas recrutar os militantes, os activistas que constituem a ala activa do partido e que, por vezes, ascendem a combatentes de vanguarda, exigindo mudanças radicais na orientação ideológica, no aparelho e nos métodos do partido.

A **direcção** dos partidos africanos foi, em geral, bastante personalizada, gravitando em torno da figura do fundador e organizador do partido. Por vezes, na ausência de referências escritas, o dirigente é a doutrina, o programa, os estatutos e a regra do partido.

O papel dos jovens e das mulheres

Em África a acção dos partidos contou com um enorme estímulo da acção dos jovens e das mulheres. Os jovens, bastante dinâmicos, assumiram papel de destaque na acção dos partidos constituindo o “ferro da lança” da maioria dos mesmos. Defendem, com o vigor próprio da idade, as teses da independência e da unidade africana.

As mulheres transportavam para a arena da luta anticolonial o fervor sentimental, a paixão que as caracteriza, conseguindo transformar uma palavra de ordem em aspiração de todo um povo.

Com manifestações culturais diversas, transformam os comícios dos partidos em verdadeiras festas populares.

Portanto, os jovens e as mulheres assumem-se como catalisadores da acção dos partidos africanos.

As Potências Europeias Diante do Movimento Nacionalista

O processo de independência das colônias europeias em África teve início após a II Guerra Mundial e prolongou-se até a década de 70. Durante a guerra, a pressão das metrópoles pelo crescimento da produção colonial, o avanço dos meios de comunicação (aviação, rádio, construção de estradas) e a desestruturação das metrópoles europeias – Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha e Itália – favorecem o surgimento de movimentos de libertação. A descolonização dá-se de forma lenta e desigual em todo o continente.

Os movimentos anticolonialistas intensificaram-se após a Conferência Afro-Asiática de Bandung, na Indonésia, em 1955, que reuniu 29 países asiáticos e africanos e proclamou o princípio do não-alinhamento automático ao lado das novas potências emergentes, EUA e URSS, e defendeu o direito de autodeterminação dos povos. Nos dez anos que se seguem à conferência, 33 países obtêm a emancipação.

Leitura

A Conferência de Bandung realizou-se entre 18 e 24 de Abril de 1955, na Indonésia, com a participação dos líderes de vinte e nove Estados asiáticos e africanos. O objectivo era a promoção da cooperação económica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao que era considerado colonialismo ou neocolonialismo dos Estados Unidos da América, da União Soviética ou de outra nação considerada imperialista.

Foi a primeira conferência a falar e a afirmar que o imperialismo e o racismo são crimes. A conferência lançou a ideia de um Tribunal da Descolonização, para julgar os culpados desse crime contra a humanidade, mas a ideia foi abafada pelos países centrais. Abordou também as Responsabilidades dos Países Imperialistas, que existem até hoje, entendidas como ajuda para reconstruir os estragos que eles fizeram no passado. Nessa conferência foram lançados os princípios políticos do "não alinhamento" (Terceiro Mundismo), ou seja, de uma postura diplomática e geopolítica de equidistância das superpotências. Apesar do não alinhamento todos os países declararam que eram socialistas mas não iriam se alinhar ou sofrer influência Soviética. O "Não Alinhamento" não foi possível no contexto da Guerra Fria, onde URSS e EUA buscavam cada vez mais por áreas de influências. No lugar do conflito leste-oeste, Bandung criava o conceito de Conflito norte-sul, expressão de um mundo dividido entre países ricos e industrializados e países pobres exportadores de produtos primários.

A atitude das potências coloniais diante do movimento nacionalista foi variável. Alguns países, com destaque para Inglaterra e França, que já tinham, nas colônias, uma posição económica firme sobretudo graças às companhias aí instaladas optaram por soluções neocoloniais.

De que forma?

Diante da intensificação do movimento nacionalista e das pressões internacionais, Inglaterra e França concederam autonomia política às suas colónias, mantendo, porém, governos leais à antiga metrópole e, sobretudo, o domínio económico.

O novo estado, “independente”, continua vinculado à “antiga” metrópole, no quadro de uma comunidade de estados independentes – Commonwealth ou a Comunidade Francesa – ficando as relações exteriores condicionadas por essa comunidade.

Neste contexto, muitas colónias africanas sob domínio inglês ou francês ascenderam à independência de forma pacífica com base num quadro estabelecido para o efeito. Foi assim na Costa do Ouro, Nigéria, Tanganyica, Uganda, Senegal, Costa do Marfim, Mali, Guiné, entre outras colónias inglesas e francesas.

Outros países, como Portugal e Bélgica, até meados do século XX, quando o movimento nacionalista começou a se intensificar, não possuíam em suas colónias uma estrutura económica suficientemente forte para assegurar a manutenção dos seus interesses após a independência, por isso foram relutantes em aceder ao desejo de independência dos africanos. Nestas colónias, foi necessário recorrer à insurreição armada. Mais ainda, a ascensão das colónias à independência significou o corte com as antigas metrópoles.

4.2. O Percurso Para Independência nas Colónias Inglesas na África Ocidental

4.2.1. O Gana (Costa do Ouro)

As acções visando a descolonização nesta região iniciaram em finais da década 1940, ainda estava fresca a II guerra mundial.

Em Fevereiro de 1948 houve tumultos nas maiores cidades do sul do Ashanti. O governo colonial criou uma comissão de inquérito que chegou à conclusão de que o problema fundamental era o de a constituição de 1946 para a Costa do Ouro ser ultrapassada e inadequada às necessidades de uma nova nação em evolução. Recomendava que os africanos ajudassem a esboçar uma nova constituição como primeiro passo para a ascensão à autonomia, num processo gradual de transferência do poder executivo da administração colonial para os ministros africanos que responderiam perante a assembleia nacional.

O governo inglês aceitou de imediato a proposta da comissão de inquérito e em 1947 Danquah, que acabara de criar a Convenção Unitária da Costa do Ouro, anuiu ao convite do governo britânico para preparar uma nova constituição. Para dar uma maior dinâmica ao movimento Danquah, convidou Kwame Nkrumah, jovem intelectual formado nos Estados Unidos e Inglaterra,

para secretário-geral do movimento.

Entretanto, cedo se manifestaram as diferenças entre Danquah e Nkrumah. Enquanto Danquah e seus seguidores estavam dispostos a aceitar o convite britânico para um processo gradual, e até lento, para a independência, Nkrumah defendia a independência imediata.

Para materializar a sua ideia de nacionalismo que passava pela tomada do poder, Nkrumah formou o seu partido, o Convention People's Part, cujo programa era a "Independência imediata" e "acção positiva" (greves, boicotes e outras formas de pressão) para conseguir.

A posição de Nkrumah levou-o à confrontação com as autoridades inglesas. Em 1949 Nkrumah e seus colaboradores directos receberam ordem de prisão, mas o acto teve um efeito catalisador para a popularidade de Nkrumah. Assim, nas eleições de 1951 o CPP obteve mais de metade dos assentos na nova Assembleia Legislativa. Tal como em 1948, o ministro das colónias e o governador inglês no território decidiram evitar conflitos, convidando Nkrumah e seu partido a ocupar a maior parte dos cargos ministeriais no Conselho Executivo.

Nkrumah e o governador Charles Arden-Clarke tiveram uma relação de cooperação num processo que culminou com a proclamação da independência do país a 6 de Março de 1957, passando o país a constituir mais um membro da Commonwealth e das Nações Unidas.

4.2.2 O Gana Independente

O período a seguir à independência no Gana não foi pacífico. Os partidos derrotados nas eleições de 1957 não se conformaram e tentando reverter a situação decidiram fundir-se e formar o United Party. Sob a liderança de um professor, o Dr Busia, a nova força política propunha-se lutar por uma organização federal e pelo respeito das autoridades tradicionais.

Considerando a nova força política uma ameaça à unidade nacional o governo do CPP desencadeou represálias contra o United Party e propôs uma constituição republicana da Commonwealth. Nas eleições presidenciais de Agosto de 1960, Kwame Nkrumah obteve 77% e o seu concorrente Danquah conseguiu 13%.

O novo governo de Nkrumah impôs um programa de austeridade orçamental que gerou agitações sindicais e actos de terrorismo urbano (atentados a bomba) e por atentados contra o presidente lançados pela oposição, entretanto ilegalizada.

Em 1963 o governo de Nkrumah concebeu um plano septenal (1963-1970) cujas linhas mestras eram:

- Adopção do sistema socialista como objectivo final do seu desenvolvimento económico e social;
- Construção de uma central hidroeléctrica, com capacidade de produzir 42 biliões de Kilowatts em Akosombo no Baixo Volta;
- Diversificação das actividades económicas para reduzir a dependência em relação ao cacau;
- Neutralismo positivo em relação aos dois blocos- socialista e capitalista;
- Oposição ao imperialismo, colonialismo e neocolonialismo;
- Defesa do pan-africanismo continental e orgânico

Três anos após lançar o seu programa septenal, em 1966, quando se encontrava em visita de estado a China, Nkrumah foi destituído através de um golpe de Estado militar, com fortes evidências de intervenção externa.

Nkrumah morreu em 1972 na Guiné onde se exilou após o seu derrube. Nas eleições de 1969, ganhou o Partido do Progresso do Dr Busia, que viria a ser deposto pouco depois, em 1972, através de novo golpe de Estado militar. O novo partido que ascendeu ao poder, o National Redemption Council (NRC) lançou um programa de austeridade que propunha várias medidas:

- Desvalorização do cedi;
- Abandono da taxa para o desenvolvimento;
- Anulação de certas dívidas;
- Proibição de importação de bens de luxo, etc.

Para reduzir as importações, foi lançada a política de auto-suficiência – *self reliance*, baseada no programa *feed yourself*, o mesmo que dizer **alimente-se a si próprio**.

A partir de 1973 a evolução do país é abalada pelos efeitos da crise do petróleo. Para superar os problemas daí resultantes, foi proclamada, em 1974, a *carta da redenção* que enunciava sete princípios de carácter moral, social e nacionalista. Em todas as regiões e distritos do país, foram instaladas “comissões da carta” com a missão de aproximar as bases rurais ao grupo dirigente.

Paralelamente, foi introduzida uma reforma administrativa, ainda em 1974, à luz da qual foram instituídos conselhos de distrito. Surgia, assim, uma rede que facilita o trabalho do regime, satisfaz o sentido democrático dos civis e garante a descentralização em oposição à centralização perseguida por Nkrumah e pelo CPP.

4.3 O Caminho Para a Independência nos Territórios Franceses

No período imediato à II Guerra Mundial, a França vivia sob o abalo do movimento nacionalista nas suas colónias. Por um lado, registavam-se insurreições na Argélia e na Indochina e, por outro lado, Marrocos e a Tunísia ascendiam à independência, em 1956, como resultado de movimentos independentistas aos quais foi obrigada a ceder.

A França não podia ficar indiferente a esses acontecimentos e, para tentar conter o movimento nacionalista nos restantes territórios, aprovou, em 1956, uma "Lei-Quadro" e, em Setembro de 1958, organizou um referendo sobre a "autonomia" das suas colónias, no quadro de uma "Comunidade Francesa".

Este processo iniciou ainda durante a II Guerra Mundial, quando, sob a liderança do General Charles de Gaulle, realizou-se, em Brazzaville, em 1944, uma conferência de funcionários coloniais, que recomendou alterações na estrutura do império colonial, entre as quais se destacam as seguintes:

- Todos os súbditos das colónias deveriam tornar-se cidadãos franceses com direito à representatividade na Assembleia constituinte que tinha a tarefa de elaborar uma constituição para a França e para as colónias.
- O império devia ser transformado numa União na qual as colónias deveriam compartilhar uma parte das responsabilidades do seu governo através das assembleias eleitas.

A descolonização da África Ocidental Inglesa teve repercussões directas na política francesa. O caso mais evidente foi o da Togolândia, onde os franceses tiveram que conceder autonomia em 1956, tendo-se tornado República independente em 1960.

O contexto político dos anos 1940 permitiu a criação do RDA (Rassemblement Democratique Africain) ao qual estavam ligados todos os líderes políticos das colónias e cooperava com o Partido Comunista Francês. Esta aliança dos nacionalistas africanos com os comunistas da metrópole provocou a hostilidade das autoridades francesas que quase eliminaram o RDA entre 1948 e 1950.

Sob a liderança de Félix Houphouët-Boigny, desde a sua fundação nos anos 50, o RDA mudou a sua estratégia que consistia em apoiar os governos que se propunham a fazer concessões a favor das colónias. O quadro político francês nos anos 50 tornava o apoio do RDA importante para a manutenção de qualquer governo pelo que Boigny e outros africanos começaram a beneficiar de nomeações ministeriais.

A "lei-quadro" de 1956 e a Viragem

Com a evolução do nacionalismo a França tentou liderar a ascensão das respectivas colónias à

independência, através do estabelecimento de um quadro legal que permitisse uma transição gradual com a salvaguarda dos interesses económicos franceses nas ex-colónias. No seguimento das concessões a favor dos africanos, iniciadas com a Conferência de Brazaville de 1944, em 1956 foi aprovada uma lei-quadro à luz da qual foi estabelecida, em cada colónia, uma assembleia eleita localmente com poderes sobre a política e as finanças.

No Senegal, sob liderança de Leopold Senghor, o RDA nunca foi muito forte, a lei-quadro não foi bem aceite, o mesmo acontecendo na Guiné Francesa (Guiné Conacri) sob liderança de Ahmed Sekou Touré.

Em 1958 a tendência de evolução nas colónias francesas alterou-se. O presidente francês Charles De Gaulle decidiu romper com a ideia de que as colónias eram possessões francesas, propondo uma alteração constitucional para acomodar a criação de uma comunidade francesa. Em Setembro de 1958 a nova constituição foi a referendo para que cada colónia decidisse entre integrar a comunidade e a independência fora dela.

Todas as colónias votaram na comunidade excepto a Guiné que votou contra a comunidade, optando pela independência. Assim, a Costa do Marfim, o Níger, o Alto Volta e o Daomé decidiram formar a “*União Sahel-Benin*” e, mais tarde, o “*Conselho do Entendimento*”, enquanto o Senegal se unia ao “Sudão Francês” para formar a “*Federação do Mali*”. Estas uniões não duraram muito tempo e a França, em 1960, reconheceu a independência da maioria das suas colónias africanas.

A decisão da Guiné de se opor a comunidade francesa levou a que a França retirasse todo o seu apoio material e humano. Entretanto, e contra as expectativas da França, a Guiné conseguiu sobreviver, pois teve de imediato o apoio do Gana e dos países comunistas da Europa e Ásia.

O sucesso da Guiné estimulou outros estados integrados na comunidade a lutar pela sua independência. Inicialmente o Senegal e Sudão Francês formaram, em 1959, a Federação do Mali. Pouco depois o seu pedido para a independência foi aceite pela França. Como resultado, em 1960 a Federação desfez-se, dando lugar a países independentes – Senegal e Mali.

Na origem da separação estavam as profundas diferenças entre os líderes dos dois estados à volta das prioridades do futuro eram muito grandes. Enquanto o Senegal queria manter o auxílio francês, o Mali pretendia mais autonomia que lhe permitisse desenvolver o interior, mais pobre. Após a dissolução da Federação do Mali, os outros territórios perceberam como a comunidade era desnecessária e começaram a negociar a sua independência legal e completa.

Embora a França tenha privilegiado a via neocolonial para enfrentar o nacionalismo africano, a Argélia pretendia um caminho mais célere e não o gradualismo previsto pela Constituição francesa. Assim o país, sob a liderança da *Front de Libération Nationale* ou FLN iniciou uma sublevação armada que depois de 8 anos forçou o governo francês, dirigido pelo general Charles de Gaulle, a entrar em conversações com aquele movimento independentista e conceder a independência do país.

O Djibouti foi uma das colónias francesas que decidiu, em 1958, manter-se na “Comunidade Francesa” mas, devido a problemas de governação, a população local começou a manifestar-se a favor da independência. Depois de um novo referendo, em 1977, o Djibouti tornou-se um país independente.

Nas Comores, a história foi semelhante, mas com uma declaração unilateral de independência, em 1975, que foi reconhecida no mesmo ano, mas que não abrangeu a ilha Mayotte, onde a população votou por manter-se como um território francês.

A ilha da Reunião é igualmente um departamento francês, governando, para além da ilha principal, várias outras ilhas que são reclamadas por Madagáscar e Maurícias.

Apesar da independência, todos os estados do antigo império francês continuaram a receber o apoio da ex-metrópole, excepto Guiné e Mali pela orientação política que adoptaram e a Costa do Marfim e Gabão que tinham conseguido uma considerável autonomia.

Independência do Congo

O Congo Durante o Período Colonial

A política colonial belga fez do Congo a colónia mais avançada do que as outras sob certos aspectos. O Congo era considerado, mais ou menos, uma propriedade da família real, em cujas zonas mais salubres os europeus se podiam instalar e criar raízes. Como resultado dessa política, em 1960 existia um número bastante considerável de colonos belgas.

A nível da economia o país tinha iniciado um desenvolvimento industrial raro em África, graças à acção vigorosa de sociedades financeiras como Unilever, Forminière, a Société Générale de Belgique e Union Minière du Haut-Katanga.

Entretanto, a produção mineira estava virada ao escoamento de produtos em bruto para a Bélgica. Portanto, não beneficiava o Congo. A maioria dos camponeses africanos viviam da economia de subsistência baseada nas culturas tradicionais. Entretanto, depois da Bélgica e das companhias, o Congo obtinha algum benefício das riquezas do país.

O sistema político belga, considerado paternalista, implicava a subordinação do congolês sem quaisquer perspectivas de mudança. Porém, a urbanização, resultante da industrialização levou a um êxodo rural que paulatinamente tornou cada vez mais difícil o controlo da população africana.

A Actividade Política dos Nacionalistas

A fixação progressiva de africanos nas cidades criou condições para a elevação da consciência política. Nas cidades, começaram a surgir clubes de evoluídos, círculos de estudo e associações de antigos alunos cujos membros apresentavam um modelo de vida europeu.

Essas associações formadas com o pretexto de estabelecer o convívio entre os seus membros criaram a ilusão de uma promoção a nível da civilização.

Se, internamente, o jugo colonial tinha despertado a consciência nacionalista, o catalisador da explosão política veio de fora. Veja alguns acontecimentos que levaram à explosão no Congo.

1955	<p>O rei belga Baudouin visitou o Congo e apresentou um discurso assimilacionista que defraudou as expectativas dos nacionalistas;</p> <p>O professor belga Van Bilsen, propôs um plano para a independência da África belga, num período de 30 anos que devia começar com a formação de quadros e o estabelecimento, no futuro, de um sistema federal. Este plano apresentado por um intelectual despertou grande efervescência entre os nacionalistas.</p>
1956	<p>O padre Joseph Maloula, com apoio de Joseph Iléo fundou o Conscience Africaine que defendia a abolição da discriminação racial, no reconhecimento da personalidade africana e o direito dos africanos à expressão cultural e política;</p>
1957	<p>Bélgica organiza a primeira eleição popular nos principais centros do Congo e do Ruanda-Urundi a fim de constituir municípios europeus e africanos cujos burgomestres seriam indicados pelo governador. Este exercício despertou os africanos para o desejo de independência.</p>
1958	<p>A Exposição Universal de Bruxelas. A exposição produziu uma mutação no espírito de muitos dos congolezes, ao confirmar a consciência de uma situação de inferioridade e a vontade de agir;</p> <p>A visita do General De Gaulle em Brazaville, no Congo francês, para anunciar a independência. De imediato os dirigentes políticos congolezes se juntaram para assinar uma petição ao ministro do Congo reclamando um plano gradual de independência do país;</p> <p>Conferência Pan-africana dos povos em Acra, Gana, na qual a delegação congoleza era composta por membros do Mouvement National Congolais (MNC) liderada por Patrice Lumumba.</p>

Independência do Congo

O Papel de Patrice Lumumba

Lumumba iniciou a crítica ao colonialismo através de artigos publicados em jornais, advogando a igualdade entre africanos e belgas.

Nas suas intervenções, Lumumba deixou vincadas as suas ideias, exaltação da nação congoleza, o desejo de uma África Independente e a rejeição ao imperialismo, colonialismo, racismo e tribalismo.

Em Janeiro, de 1959, revolta do proletariado urbano em Leopoldville (Kinshasa), reclamando independência tida como única saída para os problemas sociais e políticos da colónia. O balanço dos tumultos foi trágico (49 mortos, 116 feridos e vários chefes políticos locais presos), mas levou o rei Baudouin a reconhecer que a independência era o único fim do processo político em curso e prometeu a independência para o Congo.

Pouco depois iniciavam as negociações para a independência, em Bruxelas com participação de todos os líderes políticos, incluindo Lumumba que fora preso durante os tumultos foi libertado para o efeito.

Neste encontro, colocaram-se duas questões fundamentais:

1. Calendário da descolonização; e
2. A Constituição do novo Estado.

Em relação ao calendário, não houve grandes discussões, pois a Bélgica teve uma reviravolta admirável acelerando o processo e fixando a data da independência para 30 de Junho, mas sobre o estatuto constitucional existiam duas posições antagónicas:

- Federalismo defendido por Kasavubu – em que se propunha a existência de Estados federais fortes que tivessem à cabeça um poder central moderado;
- Estado unitário, defendido por Lumumba.

As discussões em torno desta matéria terminaram com a adopção de uma fórmula intermédia em que se ficava por um Estado republicano no qual existiram um poder central forte e seis governos provinciais. Paralelamente, foi adoptada uma lei fundamental que devia vigorar até ser votada uma Constituição para o país.

Em Maio de 1960 tiveram lugar as eleições para a Assembleia Nacional nas quais o MNC de Patrice Lumumba saiu vitorioso. Lumumba foi nomeado chefe do Governo em coligação com

Swendé, de origem balubakat e Iléo, da etnia Bângala. Joseph Kasavubu foi eleito presidente. A 30 de Junho foi proclamada a independência.

A Crise do Pós-Independência e a Separação de Catanga

O novo Estado enfrenta de imediato problemas graves que irão condicionar a evolução posterior do país. Senão vejamos...

- Entre os integrantes da liderança do país nenhum deles tinha experiência de gestão administrativa;
- Falta de coesão entre os membros desta liderança.
- Existência de forças centrífugas lideradas por Moses Tchombé (do Catanga) e A. Kalondji (do Kasai).

Neste contexto, poucos dias após a independência a força pública revoltou-se. A violência criou pânico entre a população branca, e na tentativa de encontrar uma solução para a crise, a Bélgica lançou pára-quedistas para controlar as principais cidades, enquanto os principais líderes do país, Patrice Lumumba e Joseph Kasavubu, decidiram pedir o auxílio das Nações Unidas. Entretanto, o momento foi aproveitado por Moses Tchombé, para proclamar a independência do Catanga a 11 de Julho. Pouco depois a província do Kasai seguiu o exemplo de Catanga liderada por Kalondji. As forças armadas das diferentes regiões (Stanleyville, Catanga, Kasai, Kivu, Kwilu, etc.) protagonizam confrontos sangrentos que envolviam as tropas congoleesas e os capacetes azuis. No meio desse ambiente, em Janeiro de 1961 Lumumba foi preso pelas autoridades de Leopoldville e entregue aos catanguenses que o assassinaram.

A cessação do Catanga terminou em Janeiro de 1963 na sequência de uma intervenção militar da ONU.

Em 1964 Kasavubu indica Tchombé para seu primeiro-ministro e, com apoio militar americano-belga, consegue reduzir o perigo de uma rebelião armada. Pouco depois, Tchombé e Kasavubu entraram em colisão pelo que o exército indicou Joseph Mobutu para presidente da República.

Após a eliminação das bolsas de resistência, da morte de Tchombé e Kasavubu, e ainda do afastamento dos velhos concorrentes políticos de Mobutu (detidos ou envolvidos em negócios abandonando a política) ficou aberto o caminho para a acumulação ilimitada de poder por Mobutu.

Veja alguns dos principais momentos da ascensão do poder de Mobutu:

- Em 1966 – nacionalização da Union Minière;
- 1967 – reforma monetária para estabilizar a moeda nacional e elevar a reputação do Zaire no mundo;

- 1970 - no culminar de uma reforma política de grande envergadura, o Mouvement Populaire de la Revolution (MPR) controla a vida política nacional tornando-se em partido único;
- 1972 – o governo e a comissão executiva do MPR fundem-se para formar um Conselho Executivo Nacional, cujos comissários de Estado eram dotados de funções ministeriais;
- 1974 – revisão constitucional atribui ao chefe de Estado a chefia do Conselho Executivo Nacional, a presidência do Conselho Legislativo Nacional, a chefia do poder judicial e das forças armadas;
- 1975 – Instituída a Comissão Permanente do Secretariado Político do MPR.

4.4. A Independência na África Central Britânica

Desde 1953 a Rodésia do Sul (Zimbabwe), Rodésia do Norte (Zâmbia) e Niassalândia (Malawi) tinham sido integrados numa federação como forma de rentabilizar os recursos dos três territórios e reduzir os encargos de administração. Entretanto, as diferenças entre os colonos da Rodésia do Sul e a metrópole sobre a atitude a tomar em relação ao crescimento do movimento nacionalista conduziram ao fim da Federação dez anos após a sua criação.

Com o aprofundamento das reivindicações nacionalistas nos três territórios, a Inglaterra dispôs-se a conduzir as colónias à independência, mas os colonos brancos da Rodésia do Sul defendiam uma acção de força para eliminar o movimento nacionalista. Diante destes desentendimentos, a Rodésia do Sul abandonou a Federação e, em Outubro de 1963, foi declarado o fim da federação das Rodésias e Niassalândia.

Após a dissolução da Federação, a Grã-Bretanha iniciou negociações com os movimentos da Rodésia do Norte e da Niassalândia que permitiram que estes territórios chegassem à independência. Em 1964, os dois territórios proclamaram a sua independência da Grã-Bretanha, tendo Keneth Kaunda e Hastings Kamuzo Banda à frente dos destinos da futura Zâmbia e Malawi, respectivamente.

Na Rodésia do Sul, onde os colonos brancos já tinham proclamado o auto governo desde 1923 e praticavam um controlo político-administrativo com fundamento racista, o processo foi mais complicado.

Não tendo chegado ao entendimento com a metrópole, os colonos decidiram unilateralmente proclamar-se independentes da Grã-Bretanha em 1965.

No Malawi

Na Niassalândia tinha sido constituído, em 1944, o Congresso Nacional Africano. Com base nessa organização, as autoridades coloniais estabeleceram uma hierarquia de conselhos locais, provinciais e de um conselho geral, baseados nas autoridades locais que serviam como auxiliares para a administração e como estruturas de iniciação para uma gestão autónoma. Em 1948, foi constituído, no mesmo contexto, o Congresso da Rodésia do Norte.

Nas eleições para o Conselho Legislativo, em 1956, na Niassalândia, o Congresso Nacional Africano conquistou os cinco lugares reservados aos africanos. Começavam a tomar a dianteira aqueles a que o regime apelidara de “intelectuais irresponsáveis”. Entre estes constavam H.B. Chipembere e M.W.K.Chiume.

Para estes, “*a única linguagem compreensível para o imperialismo britânico era a luta extremista*”, por isso decidiram boicotar a participação dos negros na Assembleia Federal, expulsar do Congresso os africanos que aceitaram participar nas instituições da capital federal e inscrevê-los numa lista negra dos traidores.

Sentindo que ainda eram muito jovens para se impor dentro e fora do país os nacionalistas decidiram apelar para a intervenção do Dr. Hastings Kamuzo Banda.

Após tomar a liderança do Congresso Nacional Africano, Banda começou a influenciar as populações através dos seus discursos. Iniciaram, então, distúrbios contra o regime o qual reagiu com repressão. Além de vítimas mortais, Banda foi preso.

Após a tomada do poder pelos conservadores na Grã-Bretanha, em 1959, Mac Milan realizou uma viagem à África, passando por Lagos, Salisbúria e Cabo e deixou claro, para os colonos brancos que aspiravam manter o domínio do continente, que o momento era de mudança em relação ao colonialismo e era preciso que isso fosse assumido.

Com o Congresso Nacional Africano proibido, foi constituído por O. Chirwa – o Partido do Congresso do Malawi. Libertado, K. Banda, decidiu enveredar pela via pacífica, seguindo o exemplo dos nacionalistas do Quênia que tinham logrado os seus objectivos por via das negociações.

Com a aprovação de uma nova Constituição, em 1960, que previa para o Conselho Legislativo, 5 membros administrativos nomeados e 33 deputados eleitos abriu-se espaço para a afirmação definitiva dos nacionalistas malawianos.

Nas eleições que se seguiram, o Partido do Congresso do Malawi ganhou por larga maioria e passou a controlar a aparelho governamental interno. Em 1963, o Conselho Executivo foi substituído por um gabinete liderado por K. Banda. A Niassalândia tornava-se, então, um país de negros num continente negro.

Neste ano, Banda rejeitou firmemente a federação e o país proclamou a sua independência em finais de 1963. Seguiu-se um período em que Banda despertou a contestação ao seu poder ao adoptar uma política vista como excessivamente pró-ocidental, aliar-se ao apartheid da África do Sul e não mostrar um programa de renovação revolucionária claro.

Zâmbia

Na Zâmbia, o resultado das eleições de 1958 era tão crucial quanto a necessidade de uma nova Constituição em 1960.

Tendo por objectivo pôr em xeque o partido federal de Roy Welensky e de o impedir de ser interlocutor entre o Governo britânico e os nacionalistas africanos, Nkumbula queimou a Constituição em público, decidiu, na altura das eleições, aliar-se, se necessário aos partidos reaccionários. Essa posição levou à divisão entre os nacionalistas africanos. Os mais radicais juntaram-se a Kenneth Kaunda que criou o Partido Nacional da Zâmbia, tendo como palavra de ordem: “Boicotar a todo o custo as eleições e impedir qualquer outro partido africano de nelas participar”. Por causa desta sua posição, Kaunda foi preso e o seu partido banido.

A participação do Congresso Nacional Africano de Nkumbula, permitiu, porém, o partido de Roy Welensky dominar totalmente o governo e impor-se sem oposição na conferência constitucional de 1960.

A conferência constitucional reuniu, em 1960, num período de grande agitação nacionalista. Os nacionalistas africanos opuseram-se à implantação de um poder branco na Rodésia e, por isso, a conferência teve que ser adiada em cima da hora.

Em 1962, realizaram-se eleições para o Conselho Legislativo, que ditaram 7 lugares para o partido Nkumbula, 16 para os federalistas, partido de Welensky, e 14 para Kenneth Kaunda. O partido liberal de Moffat não conseguiu qualquer assento. Nkumbula decidiu aliar-se a Kenneth Kaunda, o que colocou os defensores da Federação em desvantagem. Foi assim que em 1963 a Rodésia do Norte obteve o direito de secessão.

Neste contexto, foi aprovada uma nova Constituição para a Rodésia do Norte, que previa a substituição do Conselho Legislativo por uma Assembleia Legislativa.

Em Janeiro de 1964, a Rodésia do Norte organizou eleições para a Assembleia Legislativa e o Partido Nacional Unificado da Independência (UNIP) de Keneth Kaunda conquistou 50 lugares, contra 10 do Congresso Nacional Africano de Nkumbula e 10 reservados aos brancos.

Em Outubro de 1964, era proclamada a Independência com K. Kaunda como presidente, passando a Rodésia do Norte a designar-se Zâmbia.

A Rodésia do Sul

No início da década de 1960, o movimento nacionalista na Rodésia do Sul esteve centrado na acção das seguintes forças:

Movimento	Fundado	Líderes
<i>Partido Nacional Democrático (NDP)</i>	<i>1/Janerio de 1960</i>	<i>Joshua Nkomo</i>
<i>Zimbabwe African Peoples Union (ZAPU)</i>	<i>Dez 1961</i>	<i>Joshua Nkomo (presidente) Enos Nkala, Skecheley Sam Kanje, George Silindika e Leopold Takawira, Michael Mawean,</i>
<i>Zimbabwe African Union (ZANU)</i>	<i>8 de Agosto de 1963</i>	<i>Sithole (presidente), Takawira Vice-presidente e Mugabe Secretário-geral.</i>
<i>Frente Rodesiana (dos colonos)</i>	<i>1962</i>	<i>Ian Smith e Winston Field</i>

A Declaração Unilateral da Independência

Desde 1923, a Rodésia do Sul era governada pelos colonos brancos que tinham constituído um governo autónomo sem a participação dos negros. Entretanto, o governo britânico pretendia um governo negro a reger os rumos do país. A alternativa à independência seria a continuação da situação anterior, onde os brancos constituíam a classe dominante.

Em 1961, foi aprovada uma nova Constituição para a Rodésia do Sul, abrindo espaço para a participação da população negra no poder. Opondo-se à Constituição de 1961, Ian Smith fundou a Frente Rodesiana e após sua vitória eleitoral tornou-se ministro das Finanças até passar a chefe de Governo e ministro da Defesa, em 1964. O desentendimento entre a Grã-Bretanha e a Frente Rodesiana agravou-se de tal modo que esta força política rompeu com a metrópole e Ian Smith, o líder da Frente Rodesiana, **proclamou unilateralmente a independência da Rodésia** a 11 de Novembro de 1965.

A Declaração Unilateral da Independência na Rodésia do Sul foi o corolário das diferenças entre a Grã-Bretanha e os colonos brancos sobre a forma como deveria ser conduzido o combate ao

nacionalismo africano.

A Luta de Libertação na Rodésia do Sul

A DUI foi o sinal dado pelos colonos de que estes não estavam dispostos a abrir espaço para o exercício do poder pelos negros. Diante desta realidade o movimento nacionalista começou a ter na insurreição armada a única alternativa para pôr fim às injustiças coloniais e ascender ao poder. Foi neste contexto que, nos finais dos anos 1960, se formou o Conselho da Revolução.

A ZANU começou a desenvolver a sua estratégia e aumentou a importância da Z.A.N.L.A. (Zimbabwe National Liberum Army).

Em 1972, inicia a acção da ZANLA na Rodésia do Sul, que até 1975 provocou enormes prejuízos à economia do país.

A ala militar com Josiah Tongogara a organizar a partir de Moçambique o avanço da guerrilha numa acção particularmente favorecida pela colaboração entre as alas militar e política

A guerra ganhou ainda maior dimensão quando, em 1978, o governo de Moçambique decidiu enviar tropas para lutar ao lado da ZANLA. Nesta altura, a guerra alastrou-se passando a incluir ataques às cidades.

Em Maio de 1979, o Partido Conservador ganhou as eleições na Inglaterra e Margareth Thatcher tornou-se primeira-ministra. A política do novo governo em relação à Rodésia do Sul era pelo reconhecimento do Acordo Interno e da figura de Abel Muzorewa como primeiro-ministro.

Em Agosto de 1979 o “Acordo Interno” foi discutido numa conferência dos líderes da Comunidade Britânica (Commonwealth), mas não produziu consensos.

De Setembro a Dezembro de 1979, teve lugar nova conferência, desta feita na casa dos Lancaster (Lancaster House). Desta conferência, saíram as decisões de cessar-fogo, a aprovação de uma nova Constituição e a marcação de eleições.

As eleições gerais aconteceram em Fevereiro – Março de 1980, tendo a ZANU de Robert Mugabe conquistado 57 (63%) dos lugares no parlamento e a ZAPU de Joshua Nkomo 20 (24%) dos lugares. O Partido de Muzorewa conseguiu apenas 3 lugares.

A 18 de Abril de 1980, foi proclamada a independência do Zimbabwe, com Robert Mugabe como Primeiro-Ministro.



EXERCÍCIOS

I. Das questões que se seguem, assinale a alternativa correcta.

1. Nacionalismo pode ser definido como ...

1. Despertar nacional, o ressurgimento de uma personalidade que tenta afirmar-se, opondo-se ao poder estabelecido.
2. Expressão dos anseios das diversas forças sociais, vivendo humilhadas e que esperam melhores dias.
3. Sentimentos que se difundiram na Europa e se manifestaram por medidas económicas como a autarcia e o proteccionismo aduaneiro, por decisões político-militares que incluíam o imperialismo e actos de desforra nacional.
4. Todo o tipo de opinião exacerbada, tendenciosa ou agressiva, em favor de um país, grupo ou ideia.

2. Que factores estimularam o incremento do nacionalismo após a II guerra mundial?

- A. O impacto II guerra mundial, a política dos EUA e da URSS, a acção da ONU
- B. A localização da Ásia, o fim do colonialismo, a indiferença da África do Norte
- C. A exploração colonial, o surgimento dos partidos políticos, a acção dos sindicatos
- D. A ascensão de partidos de direita na Europa, os partidos políticos, os sindicatos

3. O(s) acontecimento(s) que atesta(m) o ambiente de efervescência nacionalista nas colónias francesas após a II Guerra Mundial é/são:

- A. Aprovação, em 1956, da "Lei- Quadro"
- B. Insurreições na Argélia e na Indochina
- C. Independência de Marrocos e Tunísia, 1956, fruto de movimentos independentistas
- D. Referendo sobre "autonomia" das colónias, no quadro de uma "Comunidade Francesa".

4. A constituição da IV República aprovada em Outubro de 1946 não reflectia os interesses das colónias porque...

- A. A descolonização da África Ocidental Inglesa teve repercussões directas na política francesa.
- B. O povo das colónias teve estatuto de cidadãos, mas não se tinha os mesmos direitos que os franceses da metrópole.
- C. Todos os súbditos das colónias deveriam tornar-se cidadãos franceses com direito à representatividade na assembleia constituinte.
- D. Apesar das restrições, os africanos possuíam uma base legal para o exercício da actividade política.

5. Constituíram o programa de luta as seguintes ideias políticas de Patrice Lumumba:

- A. Independência do Congo e da África e fim do colonialismo, do racismo e do tribalismo
- B. Crítica ao colonialismo através de artigos publicados em jornais, advogando a igualdade entre africanos e belgas
- C. Realização de uma conferência internacional sobre a descolonização, em Acra
- D. Revolta do proletariado urbano que via na independência a única saída para os problemas da colónia

6. Nas negociações para a independência do Congo, o ponto em que não se obteve consenso e resolveu-se com adopção de uma solução intermédia foi:

- A. Calendário da descolonização
- B. Constituição do novo Estado
- C. Calendário da descolonização e Constituição do novo Estado
- D. A divisão do poder entre os principais líderes

II. Assinale com V as afirmações verdadeiras e F as falsas

Afirmação	V/F
7. Nação é uma reunião de pessoas do mesmo grupo étnico, mesma língua e mesmos costumes.	
8. Estado é uma forma política com identidade étnica e em que seus membros estão unidos pelos hábitos, tradições, religião, língua e consciência nacional.	
9. Os requisitos primordiais para definição de nação são os elementos território, língua, religião, costumes e tradição.	
10. Nação é a consciência de sua nacionalidade, em virtude da qual se sentem constituindo um organismo ou agrupamento, com vida própria, interesses especiais e necessidades peculiares.	
11. Os sindicatos, um dos grupos motores do nacionalismo, surgiram em África por volta de 1930.	
12. Os primeiros sindicatos africanos foram formados na África ocidental francesa onde em 1955 existiam cerca de 350 sindicatos.	
13. Nos meados do século XX, os sindicatos africanos foram marcados pela fraca aderência dos trabalhadores e pela acção perturbadora dos Sindicatos Amarelos.	
14. A acção dos intelectuais no nacionalismo consistiu na criação do movimento da Negritude.	
15. O 1º Congresso dos Escritores e Artistas Negros realizou-se em Setembro de 1959.	
16. As igrejas assumiram sempre uma posição de neutralidade em relação ao movimento nacionalista.	

17. A convenção Unitária da Costa do Ouro foi fundada em 1947, por Kwame Nkrumah e integrava importantes figuras da religião, dos negócios, etc.	
18. No seguimento das recomendações da comissão de inquérito, Danquah e seus seguidores aceitaram preparar uma nova constituição.	
19. O Partido da Convenção Popular (Convention People's Part) foi formado por Nkrumah tendo como programa "Independência imediata" e "acção positiva".	
20. Em 1949, Nkrumah e seus colaboradores foram presos, por isso nas eleições de 1951 o CPP perdeu as eleições para a Assembleia Legislativa.	
21. Na altura da independência do Congo nenhum dos integrantes da liderança do país tinha experiência de gestão administrativa.	
22. A liderança do novo estado congolês era bastante forte e unida mas os problemas sociais e económicos eram insuperáveis.	
23. No novo estado congolês cada um dos membros da liderança identificava-se com o seu próprio grupo étnico-tribal e tinha convicções políticas próprias.	
24. A independência no Congo chegou quando as forças contrárias à união, lideradas por Tchombé (Catanga) e Kalondji (Kasai), continuavam fortes.	
25. Logo após a independência, Patrice Lumumba foi preso pelas autoridades de Leopoldville e entregue aos catangueses que o assassinaram.	

26. Complete o quadro abaixo de modo a alinhar o partido, o país e o(s) líder(es) às principais formações nacionalistas africanas.

Partido	País	Líder(es)
A.	B.	Kumbula
Convenção Unitária da Costa do Ouro.	C.	D.
E.	F.	Patrice Lumumba
Zimbabwe African Peoples Union (ZAPU)	G.	H.
Partido Nacional Unificado da Independência (UNIP)	I.	J.
K.	L.	Kwame Nkrumah
M.	N.	Robert Mugabe
Conscience Africaine	O.	P.

**SÍNTESE****5.1. Problemas de África no pós-independência**

A independência foi a maior conquista da África no século XX, contudo trouxe enormes desafios para o continente.

Com efeito, o período pós-independência foi um momento de carências que, aliadas à inexperience governativa das novas lideranças africanas, levaram o continente a problemas como:

- Falta de quadros a nível da educação, saúde e outros;
- Prevalência de doenças e epidemias;
- Prevalência de fomes, miséria;
- Guerras.

Diante destes problemas, a solução só podia ser alcançada num contexto de unidade.

5.2. A Organização da Unidade Africana**Criação**

A ideia da unidade africana emergiu, nos finais do século XIX, dos descendentes de africanos nas Antilhas e Estados Unidos da América, passou pela Europa e chegou a África, primeiro sob a forma de aspiração do que se chamaria Estados Unidos de África. Após anos de busca de mecanismos concretos de integração dos estados africanos independentes, a 25 de Maio de 1963 foi assinada, em Adis Abeba, Etiópia, a carta constitutiva da **Organização da Unidade Africana (OUA)**.

Esta organização, criada por iniciativa do imperador etíope Haile Selassie, integrava à altura da sua formação 32 países africanos independentes.

Objectivos da OUA

Promover a unidade e solidariedade entre os estados africanos;

Coordenar e intensificar a cooperação entre os estados africanos, no sentido de atingir uma vida melhor para os povos de África;

Defender a soberania, integridade territorial e independência dos estados africanos;

Erradicar todas as formas de colonialismo da África;

Promover a cooperação internacional, respeitando a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos;

Coordenar e harmonizar as políticas dos estados membros nas esferas política, diplomática, económica, educacional, cultural, da saúde, bem-estar, ciência, técnica e de defesa.

Principais Realizações da OUA

O balanço do desempenho da OUA ao longo de quase 40 anos de existência não é muito positivo, pois alguns dos objectivos que se propunham ficaram por se realizar.

A missão de evitar os inúmeros conflitos que assolaram o continente, bem como a de promover, de forma efectiva, o seu desenvolvimento. Uma das questões não resolvidas, que continua a ensombrar o espírito de unidade da União Africana, é o estatuto do Sahara Ocidental, cuja aceitação como membro da organização levou Marrocos a abandoná-la em 1985.

Não obstante, a OUA conseguiu levar a cabo várias realizações, das quais se destacam:

- Descolonização de África – funcionando como grupo de pressão junto da comunidade internacional e fornecendo apoio directo aos movimentos de libertação, através do seu Comité Coordenador da Libertação da África;
- Combate contra o apartheid – sobretudo influenciando a ONU a declarar sanções contra os governos da África do Sul e da Rodésia, bem como a condenação internacional do Apartheid como “crime contra a Humanidade” na Conferência de Teerão de 1968.
- Resolução de conflitos - nos primeiros dez anos da sua existência, a OUA viu-se confrontada com uma série de conflitos sobre a delimitação de fronteiras no norte, leste e centro da África, mas devido aos seus esforços estes conflitos foram resolvidos num verdadeiro espírito de unidade, sem interferência externa.
- Promoção da cultura africana - a OUA organizou em Agosto de 1969, na Argélia, o Primeiro Festival Pan-africano da Cultura e, um ano depois, o Primeiro Workshop de Folclore, Dança e Música Africana, na capital da Somália.
- Proclamação da permanente soberania dos países africanos sobre os seus recursos naturais, o que levou à modificação da Lei Internacional sobre os recursos da plataforma continental e águas territoriais.
- Primeira Feira de Negócios Pan-africana em Fevereiro de 1972, no Quénia,
- Promoção da harmonização das políticas nos campos do desenvolvimento económico e social, transportes e telecomunicações dos seus membros na sua relação com organizações internacionais como UNCTAD, BIRD, FMI, UNIDO e OIT.

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento-Fórum intergovernamental estabelecido em 1964 com o objectivo de dar auxílio técnico aos países em desenvolvimento.

FMI – Fundo Monetário Internacional - organização internacional que visa assegurar o bom funcionamento do sistema financeiro mundial. Sua sede é em Washington, EUA.

Banco Mundial - agência das Nações Unidas, fundada em 1944. Sua missão inicial era financiar a reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial, mas actualmente tem a missão de lutar contra a pobreza através de financiamento e empréstimos aos países em desenvolvimento. Tem sede em Washington, EUA.

OIT (Organização Internacional do Trabalho) - Fundada em 1919 com o objectivo de promover a justiça social. Em 1944 a OIT adoptou a Declaração da Filadélfia como anexo da sua Constituição e que serviu de modelo para a Carta das Nações Unidas e para a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

5.2. A Passagem da OUA Para União Africana

Dois principais factores estiveram na origem do colapso da OUA e emergência da UA, nomeadamente o facto de a OUA ter se revelado um organismo impotente e o desgaste resultante da persistência dos mesmos problemas para os quais agia-se sempre da mesma maneira e, quase sempre, sem resultados práticos.

A Impotência da OUA

Desde a sua fundação a OUA revelou-se incapaz de resolver os conflitos que continuamente surgiam em toda a parte do continente e de construir uma verdadeira unidade entre os países membros. A guerra de Biafra, a guerra civil na Somália, Angola, Sudão, Serra Leoa e Libéria, as tragédias na região dos Grandes Lagos são alguns desses conflitos, a que nunca se encontrou solução. Se houve solução, ocorreu por intervenção de forças externas ou pela força dos factos.

Desgaste

A persistente instabilidade resultante da incapacidade da organização em lidar com os problemas do continente criou algum desgaste e descrença em relação à OUA. Cansava e desgastava muito repetir sempre planos semelhantes, enfrentar ano após ano os mesmos conflitos e actuar sempre da mesma maneira. Isso contribuiu para criar um certo hábito de aparente inutilidade.

A União Africana

Em 1999, o presidente da Líbia, Muamar Kadafi, organizou na cidade de Syrte uma cimeira extraordinária da OUA, na qual convidou os participantes a criar os "Estados Unidos da África", mas a ideia não vingou.

Em Julho de 2000, na cimeira de Lomé, Togo, foi apresentado um novo projecto que propunha a fundação da União Africana (UA). Em Julho de 2001 a reunião de Lusaka ratificou o nascimento da nova instituição e a morte da antiga.

O objectivo mais amplo da União Africana é encorajar a integração política e económica dos seus 53 estados-membros a fim de impulsionar o continente rumo à paz e à prosperidade.

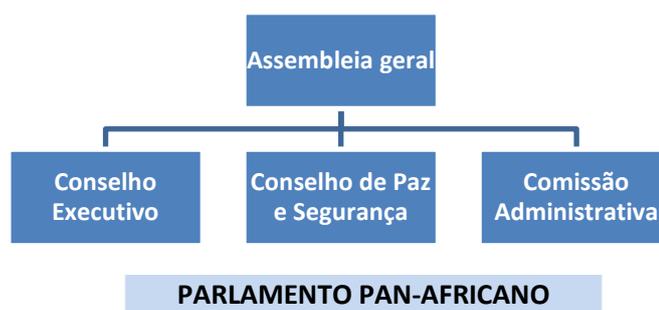
Suas principais metas são:

- erradicar a pobreza;
- promover o desenvolvimento sustentável do continente;
- evitar a marginalização da África no processo de globalização;
- fortalecer integração da África na economia global.

Com vista a perseguir os objectivos traçados, particularmente na componente económica, foi criada a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD, na sigla em inglês) que é um programa de desenvolvimento económico da União Africana.

A NEPAD encoraja os investimentos estrangeiros no continente, além de ser uma ampla iniciativa de sustentabilidade que promove a democracia e a boa-governança como um ponto básico para realizações como, por exemplo, o urgente fortalecimento das mulheres.

Estrutura da União Africana



5.3 Integração Económica na África Austral

5.3.1. A SADCC

Desde o início da descolonização da África, a fragmentação do continente e a concentração da produção numa pequena gama de produtos primários de exportação são os grandes obstáculos à diversificação das actividades económicas e à criação de mercados modernos e internacionalmente competitivos.

Partindo deste pressuposto, foi acordado que os países africanos independentes deviam promover a cooperação económica entre si. Entretanto, se a necessidade de cooperação reunia consenso, o mesmo já não acontecia em relação às formas da sua materialização. Tendo em vista a cooperação entre os estados africanos existem duas opções que foram à mesa das discussões:

- a fórmula pan-africana, que advogava a criação imediata duma organização económica continental; e
- a fórmula sub-regional, que defendia a implementação de acordos de cooperação entre países vizinhos que, eventualmente, poderia gerar formas de cooperação geograficamente mais alargadas.

Para responder aos anseios dos países africanos, que em maioria estavam a favor da opção sub-regional, a Comissão Económica da ONU para a África (ECA) propôs a divisão do continente em quatro sub-regiões: oriental e austral, central, ocidental e o Norte de África.

Neste contexto, várias organizações foram de facto implementadas, entre as quais:

- A COMESA, Mercado Comum da África Oriental e Austral;
- A SADC, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral; e
- a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (*Economic Community of West African States*, com a sigla ECOWAS, em inglês ou *Communauté Economique des États de l'Afrique Occidentale*, com a sigla CDEAO, em francês).

Em Julho de 1979, uma conferência ministerial, em Arusha, concordou numa estratégia para a criação da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC). A SADCC foi criada em Abril de 1980, em Lusaka, por nove estados governados pela maioria (Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué).

O principal objectivo da SADCC era de “*reduzir a dependência económica da África do Sul do apartheid*” e para isso concebeu um programa de acção que cobriu as áreas-chave de Transportes e Comunicações, Alimentação e Agricultura, Indústria, Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Energia. O programa de acção seria implementado através dos sectores de coordenação dos estados membros.

Como estava a distribuição dos sectores por estados? Veja a seguir.

País	Sector de coordenação
<i>Angola</i>	<i>Energia</i>
<i>Botswana</i>	<i>Investigação agrária e produção animal e controlo de doenças de animais</i>
<i>Lesoto</i>	<i>Conservação da água e solo e utilização da terra e turismo</i>
<i>Malawi</i>	<i>Florestas e fauna bravia</i>

Moçambique	Transportes e comunicações e informação e cultura
Suazilândia	Recursos humanos
Tanzânia	Indústria e comércio
Zâmbia	Minas
Zimbabwe	Segurança alimentar

5.4. DA SADCC PARA A SADC

Acompanhando a evolução da época, a SADCC foi, em 1992, transformada em Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). A SADC foi constituída por 10 estados, mas, ao longo dos anos, foi aumentando o número de membros, atingindo actualmente os 14 países, com a entrada da África do Sul, em 1994, das Maurícias, em 1995, e a República Democrática do Congo (RDC) e as Seychelles, em 1997. Igualmente, através de protocolos sectoriais, cartas e declarações, os sectores de actividade foram aumentando até atingir, no ano de 2000, o número de 21.

PAÍSES MEMBROS DA SADC E SUAS FUNÇÕES

Ord.	PAÍSES	FUNÇÕES
1.	Angola	Conservação de energia e desenvolvimento industrial.
2.	Zâmbia	Emprego, Trabalho e mineração.
3.	Zimbabwe	Produção agrícola, alimentação, recursos agrícolas e naturais.
4.	Malawi	Pesca, área florestal e vida selvagem.
5.	Moçambique	Cultura, informação, desporto, comissão de transportes e comunicação.
6.	Tanzânia	Indústria e comércio.
7.	Suazilândia	Desenvolvimento de recursos humanos.
8.	Botsuana	Pesquisa agrícola, produção de animais e controlo de doenças de animais.
9.	Lesoto	Meio Ambiente, Administração da Terra e Água.
10.	África do Sul	Finanças e Investimentos.

11.	República do Congo	Informação e cultura.
12.	Ilhas Maurícias	Turismo.
13.	Madagáscar	
14.	Namíbia	Pesca em água doce.
15.	Ilhas Seychelles	

A sede da SADC encontra-se em Gaborone, no Botswana.

As línguas oficiais da Comunidade são o inglês, o francês e o português.

Objectivos da SADC

- Promover o crescimento e desenvolvimento económico, aliviar a pobreza, aumentar a qualidade de vida do povo africano e prover auxílio aos mais desfavorecidos por meio de integração regional;
- Evoluir valores políticos, sistemas e instituições comuns;
- Promover e desenvolver a paz e a segurança;
- Promover o desenvolvimento auto-sustentável por meio da interdependência colectiva dos Estados membros e da auto-confiabilidade;
- Atingir a complementaridade entre as estratégias e programas nacionais e regionais;
- Promover e maximizar a utilização efectiva de recursos da região;
- Atingir utilização sustentável de recursos naturais e a protecção do meio-ambiente;
- Reforçar e consolidar as afinidades culturais, históricas e sociais de longa data da região.”

Para alcançar estes objectivos, a SADC deverá:

- Harmonizar as políticas sócio-económicas e planos dos países membros;
- Criar instituições e mecanismos apropriados para a mobilização dos recursos para a implementação dos programas e operações da SADC e suas instituições;
- Promover o desenvolvimento dos recursos Humanos;
- Promover o desenvolvimento, transferência e domínio da tecnologia;
- Melhorar a gestão da economia através de cooperação regional.



EXERCÍCIOS

Assinale a opção correcta

1. Constituem três problemas que se abatiam sobre a África após a independência os seguintes:

- A. Lutas pelo poder, retirada dos colonos, cobrança de impostos.
- B. Falta de quadros, prevalência de fomes e miséria, guerras.
- C. Exportação de mão-de-obra, crise política, doenças e epidemias.
- D. Doenças e epidemias, problemas ideológicos, crises.

2. Quando e onde teve lugar a fundação da SADCC?

- A. Julho de 1979 em Arusha
- B. 25 de Junho de 1975 em Maputo
- C. Abril de 1980 em Lusaka
- D. 1963 na Etiópia

3. Que países participaram na cimeira constitutiva da SADCC?

- A. Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe e Namíbia
- B. Angola, Botswana, Lesoto, Malawi e Moçambique
- C. Angola, Lesoto, Malawi, Moçambique e África do Sul
- D. Angola, Botswana, Congo, Moçambique e África do Sul

4. A nível da SADCC, estava sob coordenação de Moçambique o sector de:

- A. Investigação agrária e produção animal e controlo de doenças de animais
- B. Conservação da água, solo e utilização da terra e Turismo
- C. Florestas e fauna bravia
- D. Transportes e comunicações e informação e cultura

5. Um dos objectivos da SADC era ...

- A. reduzir a dependência económica da África do Sul do apartheid.
- B. estabelecer uma união comercial entre os estados da região.
- C. promover e maximizar a utilização de recursos da África e estreitar a unidade cultural.
- D. reforçar e consolidar as afinidades culturais, históricas e sociais da região.

6. Onde é que se localiza a sede da SADC?

- A. Gaborone, no Botswana
- B. Windhoek, na Namíbia

C. Dar-es-salam, na Tanzania

D. Lusaka, na Zâmbia

7. Quais são as línguas de trabalho na SADC?

A. Inglês, francês e swahili.

B. Inglês e português.

C. Inglês e francês.

D. Inglês, francês e português

8. Qual era a principal diferença entre a SADCC e a SADC?

A. A SADCC foi fundada por 9 estados, enquanto a SADC foi fundada por 10 estados

B. A SADCC era uma organização de cooperação, enquanto a SADC de integração

C. A SADC tem mais sectores de actividade do que a SADCC

D. A SADC teve no início constrangimentos que a SADCC nunca teve.

II Atente ao quadro abaixo, sobre a formação da OUA, e sinalize com V as afirmações verdadeiras e F as afirmações falsas.

Afirmações	V/F
9. As primeiras manifestações do desejo de uma África unida e que culminaram com a criação da OUA remontam aos finais do século XIX.	
10. Uma das primeiras personalidades a advogar a união de África foi o antilhano Dr Edward W. Blyden.	
11. A ideia da unidade africana emergiu dos nacionalistas africanos, estendeu-se às Antilhas e aos Estados Unidos da América.	
12. A carta constitutiva da Organização da Unidade Africana (OUA) foi assinada no Cairo, Egipto.	
13. Coube ao Imperador etíope Haile Selassie a iniciativa da criação da OUA.	
14. Um dos objectivos da OUA era promover a unidade e solidariedade entre os estados africanos.	
15. Estimular todas as formas de colonialismo em África foi um dos objectivos da OUA.	
16. O órgão máximo da OUA era o Conselho de Paz e Segurança.	
17. Uma das maiores realizações da OUA foi o combate contra o apartheid.	
18. A OUA funcionou como um dos grupos de pressão junto da comunidade internacional para a descolonização de África.	

19. Faça corresponder os diferentes órgãos da UA, da coluna A às respectivas atribuições na coluna B.

Coluna A	Coluna B
I. Comissão Administrativa	A. É o principal órgão, composto pelos chefes de Estado dos países membros.
II. O Parlamento Pan-Africano.	B. Formado pelos ministros dos Estados-membros, dialoga com os integrantes.
III. Assembleia-Geral	C. Coordena as reuniões e actividades da organização.
IV. Conselho Executivo	D. Monitora os conflitos do continente e intervém se necessário.
V. O Conselho de Paz e Segurança	E. Debate questões sobre o continente e aconselha os chefes de Estado.

UNIDADE DIDÁCTICA 4 - O NACIONALISMO AFRICANO

1. A	6. C	12. F	18. V	23. V
2. A	7. V	13. V	19. V	
3. C	8. F	14. V	20. F	24. V
4. B	9. F	15. F	21. v	25. F
5. A	10. V	16. F	22. F	
	11. V	17. F		

26.

A. Congresso Nacional Africano

B. Zâmbia

C. Gana

D. Danquah

E. Mouvement National Congolais (MNC)

F. Congo

G. Zimbabwe

H. Josua Nkomo

I. Zâmbia

J. Keneth Kaunda

K. Convention People's Part CPP

L. Gana

M. ZANU

N. Zimbabwe

O. Congo

P. Joseph Maloula/Joseph Iléo

UNIDADE DIDÁCTICA 5 - ÁFRICA INDEPENDENTE

1. B	7. D	14. V
2. C	8. B	15. F
3. B	9. V	16. F
4. D	10. V	17. V
5. D	11. F	18. V
6. A	12. F	
	13. V	

19.

I. C

IV. B

II. E

V. D

III. A



BIBLIOGRAFIA

BOAHEN, A. A. (Coord.) (1991). História Geral da África: África sob dominação colonial 1880-1935. Vol. VII. S. Paulo, Ática e UNESCO.

FAGE, J.D. (1997). Breve História da África, Edições 70, Lisboa.

GOMES, R. R. (1988). Introdução ao Pensamento Histórico.

KI-ZERBO, J. (coord.) (1982). História Geral da África: Metodologia e pré-história da África. (vol. I). Paulo, Ática e UNESCO.

KI-ZERBO, J. (1972). História da África Negra vol. I Publicações Europa-América.

KI-ZERBO, J.(1972). História da África Negra vol. II Publicações Europa-América.

MAGALHÃES, J. & AZEVEDO, R. (1985). História 12º Ano. Contraponto, Livros escolares.

SUMBANE, S. A. (2017). História 11ª Classe, 2ª edição, Maputo, Texto Editores.

VICENTINO, C. (1991). História Geral: Idade Média, Idade Contemporânea, incluindo Pré-História, Grécia e Roma. São Paulo, Scipione.